

ANO 19 - Nº 44 - AGOSTO 2019

REVISTA DA

Associação dos Técnicos de
Nível Superior do Município
de Porto Alegre

ISSN 2317-6407



IMPRESSO

astec

25 anos de lutas pela valorização profissional dos técnicos de nível superior

página 5

DENÚNCIAS

**Como Porto Alegre perdeu
investimento milionário
em drenagem urbana**
página 10

**Ressegregação de massas:
A mais nova ameaça à nossa
previdência**
página 16

**Astec denuncia o prefeito Nelson
Marchezan Júnior ao Ministério Público
de Contas por crime de responsabilidade**
página 29



PROMOVE:

6^a expotec

MOSTRA VIRTUAL DE TRABALHOS/PROJETOS
DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DA
PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO DE 2019
Em www.astecpmpa.com.br



INSCRIÇÕES E ENVIO DE TRABALHOS/PROJETOS
DE 5 DE AGOSTO A 16 DE SETEMBRO DE 2019
ATRAVÉS DO E-MAIL: expotec@astecpmpa.com.br

25 anos de resistência e avanços!

Comemoramos, em 2019, 25 anos de existência da nossa entidade – história de lutas e de conquistas dos profissionais de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre. É verdade que nestes últimos três anos não há conquistas a comemorar, vivemos tempos difíceis nesta gestão em que o prefeito tem buscado destruir nossas carreiras, pôr em risco a previdência dos municipais e desorganizar a máquina pública.

Mas, como é nossa tradição, permanecemos organizados e unidos na luta pela preservação de nossos direitos e melhoria das condições de trabalho. A nossa missão é trabalhar para atender as necessidades da população e não vamos dela nos afastar. Continuaremos contribuindo com nossos conhecimentos para atender às demandas do povo de Porto Alegre.

Tempos difíceis, mesmo em nível nacional, em que o decoro é substituído pelo desacato e o conhecimento técnico é desprezado em favor de interesses eleitoreiros e no favorecimento de interesses privados.

A Astec, como lembramos nesta edição, tem estado constantemente, isoladamente ou em conjunto com outras entidades de servidores, interagindo com o Poder Legislativo e demandando ao Poder Judiciário, na defesa dos interesses dos servidores.

Neste mês de agosto, estaremos realizando o painel “O servidor público e a nova previdência” buscando esclarecer aos colegas as novas condições de aposentadorias e pensões, decorrentes da reforma recentemente aprovada pela Câmara Federal, ora em discussão no Senado Federal e que vem em prejuízo dos trabalhadores brasileiros.

Prosseguindo no objetivo de difundir os conhecimentos técnicos dos colegas da Prefeitura, lançamos a 6ª Expotec, desta vez virtual, que contará com a publicação dos trabalhos/projetos, na íntegra, no nosso site, possibilitando o amplo acesso dos interessados aos conteúdos ali apresentados.

Em paralelo às lutas, no primeiro semestre, realizamos as comemorações do Dia da Mulher, o Almoço dos Aposentados e a inauguração da galeria dos presidentes, momento de reencontro com aqueles que dedicaram parte de suas vidas à nossa entidade.

Em 18 de outubro, mês do servidor, iremos realizar a já tradicional festa de aniversário, desta vez, comemorando nossos 25 anos de resistência e avanços! Sempre na certeza de que continuaremos lutando para que este País não regreda, para que a ciência e a técnica voltem a embasar as decisões, para que o respeito e o diálogo voltem a ser o caminho para o progresso e o bem-estar das pessoas.

**Parabéns, associados, pelos 25 anos da Astec!
Vocês são a Astec!**



Eng. Civil Sérgio Luiz Brum
Presidente da Astec
Gestão 2019/2020

05 ASTEC 25 ANOS

Um quarto de século de trabalho em prol da valorização profissional

10 DENÚNCIA

Como Porto Alegre perdeu investimento milionário em drenagem urbana

13 ARTIGO TÉCNICO

O muro da Mauá e a sua importância para Porto Alegre

16 PREVIDÊNCIA

Resseguração de massas – a mais nova ameaça à nossa previdência

18 LITERATURA

O dia em que blefei sobre a ‘esposa do brigadiano’ e acertei na mosca

19 CULTURA

20 SOFRIMENTO PSÍQUICO Desigualdade social e sofrimento psíquico

22 DIABETES Diabetes Mellitus tipo 2: como controlar?

24 PREVIMPA A consolidação do controle sobre a gestão previdenciária

27 NOTÍCIAS

36 SOU VOLUNTÁRIO

37 HOBBY

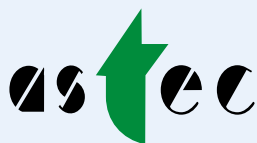
38 GASTRONOMIA

39 CONVÊNIOS



Instruções para publicação de artigos estão disponíveis no site da Astec
www.astecmpa.com.br

Revista da Astec v. 19 n. 44, agosto de 2019 – ISSN 2317-6407
Publicação semestral da ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (ASTEC) – Fundada em 08 de junho de 1994



Rua Barão do Triunfo, 419 / Conj. 304
Bairro Menino Deus, CEP 90130-101
Porto Alegre, RS, Brasil
(51) 3217-2921
✉ atendimento@astecmpa.com.br
🌐 www.astecmpa.com.br
📘 www.facebook.com/astecmpa

MISSÃO: Buscar a valorização profissional dos técnicos de nível superior do Município de Porto Alegre. **VISÃO:** Ser referência como entidade associativa eficaz na defesa dos profissionais de nível superior da Prefeitura de Porto Alegre. **VALORES:** Ética, credibilidade e transparência / Dedicação, responsabilidade e organização / Comprometimento, conhecimento e cordialidade / Respeito nas relações das diversas áreas profissionais.

GESTÃO 2019/2020 DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Eng. Civil Sérgio Brum **Vice-Presidente:** Eng. Agr. Irineu Foschiera
Diretora Administrativa e de Relações Trabalhistas e Sindicais: Téc. Com. Social Rita Becco **Diretor Financeiro:** Eng. Civil Carlos Bernd **Diretora Cultural:** Bibl. Carmem Von Hoonholtz **Diretor de Relações com Aposentados e Pensionistas:** Enf. Maristela Fiorini

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Téc. Com. Soc. Adroaldo Corrêa (Previmpa I) **Vice-Presidente:** Tec. Com. Social Cristine Rochol (SMS) **Previmpa I:** Enf. Lurdes Maria Toazza Tura, Jorn. Adroaldo Bauer Spindola Corrêa, Eng. civil João Pedro Chaves Nunes, Eng. civil Adinaldo Soares de Fraga, Enf. Patricia Couto Wiederkehr, Adm. Raul Frederico Giacobone, Biól. Flávio Barcelos **Previmpa:** Atuário Dalvin Gabriel José de Souza **SMS:** Téc. com. soc. Cristine Rochol, Adm. Alberto Miotto Gabelini **SMIM:** Eng. civil Augusto Renato Ribeiro Damiani **SMAMS:** Arq. Eng. Gislaine Lopes Meneses **SMPG:** Arq. Maria Erni Coutinho Marques, Arq. Maria Erni Coutinho Marques **SMDE:** Eng. civil Alceu Ferreira Junior

CONSELHO FISCAL

Presidente: Econ. Marisa Ney Santos Pinho **Adm.** Margareta Baumgarten, **Adm.** Jardel de Borba Cunha

COMISSÃO EDITORIAL Presidente: Eng. Civil Sérgio Brum **Diretora Cultural:** Bibl. Carmem von Hoonholtz **Redação:** Jorn. responsável Ruvana De Carli (Reg. Prof. MTb/RS 5534)

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO – Bibliotecária responsável Eliete Mari Doncato Brasil CRB nº 10/1184
Conforme a Resolução Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184/2017

R454 Revista da Astec.-- Vol. 6, n. 25 (maio 2009)- -- Porto Alegre, RS: Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, 2009--.

Semestral.
Continuação a partir de 2009 de: Jornal Astec.
ISSN 2317-6407
Disponível na versão online.

1. Gestão pública municipal – Periódicos
2. Notícias – Porto Alegre
3. Trabalhos científicos – Porto Alegre
3. Trabalhos técnicos – Porto Alegre
1. Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

CDU 352(816.51)(05)

Indexada no Sistema Pergamum – Catálogo Bibliográfico Online da Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponível em <http://pergamum.procompa.com.br/biblioteca/index.php>

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião da Astec.

Instruções para publicação de artigos estão disponíveis no site da Astec: www.astecmpa.com.br
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que seja citada a fonte.



Distribuição gratuita com circulação dirigida

Tiragem: 1.300 exemplares

Impressão: Gráfica Comunicação Impressa

Projeto, arte e edição: Stampa Comunicação Corporativa
www.stampa.com.br • stampa@stampa.com.br
(51) 3023.4866 • (51) 9.8184.8199

Foto de capa: Eduardo Beleske/PMPE e Tiago Morbach/Simpa

Banco de imagens: Fotolia, Shutterstock, Freepik, Pexels e Visualhunt

Agradecimentos à Equipe de Comunicação Simpa

Um quarto de século de trabalho em prol da valorização profissional

A Astec completa 25 anos de ações no cumprimento da missão de buscar a valorização profissional dos técnicos de nível superior (NS) do município de Porto Alegre.

Esta é uma história de muitas lutas de uma categoria que congrega as profissões exercidas pelos servidores graduados de carreira da Prefeitura da Capital gaúcha.

Em 1988, durante o governo Collares, os NS ficaram de fora do vale-alimentação, se transformando na única parcela dos municipais a ser desvalorizada no plano de cargos e salários, com vencimentos equiparáveis aos dos técnicos de nível médio. As conquistas alcançadas a partir daí foram fruto das mobilizações dos NS e demais municipais, em torno de suas entidades representativas.

Em meados da década de 90, a discussão, por um grupo da Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), de criar-se uma entidade que englobasse todos os técnicos científicos da Prefeitura coincide com o movimento por uma **Gratificação de Incentivo Técnico (GIT)**, o que provoca a adesão do pessoal de outras secretarias. Assim, nasce a Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (Astec), já capitaneando o movimento pela GIT dos NSs.

Fundada em 8 de junho de 1994, a entidade somente se constitui como personalidade jurídica após conquistar a gratificação – com a Lei nº 7.690, de 31 de outubro de 1995. Naquele período, funcionando em caráter provisório, conquistou a extensão do vale-alimentação aos NS, legitimando-se perante a categoria. No mesmo mês de outubro, a primeira diretoria eleita tomou posse, alcançando novos objetivos: extensão da GIT para 30 horas e constituição de uma poupança, que possibilitou a posterior aquisição da sede própria, na Rua Barão do Triunfo, 419 – conj. 304 – Bairro Menino Deus, e a consolidação da Astec como entidade representativa dos NS.

GIT INTEGRAL

Foram 15 anos de luta entre solicitações de agenda com o Executivo, reuniões com diversos secretários, telefonemas, e-mails e expedientes protocolados. Depois de esgotadas as tentativas, um abaixo-assinado, com 1.200 assinaturas de profissionais da PMPA, entregue em 7/11/2007, durante visita do prefeito José Fogaça às obras do conduto Álvaro Chaves. Fruto desses esforços, a integralidade da Gratificação de Incentivo Técnico para os NS de toda a Prefeitura, ativos e inativos, com regimes especiais de trabalho, detentores de cargos de nível superior, tornou-se realidade em 21 de maio de 2008, quando o prefeito, compareceu à sede da Astec, onde assinou o Decreto nº 15.946, dessa data, previsto na Lei nº 7.690/95. Na ocasião, a Administração assumiu o compromisso de definir, até 2010, os percentuais a serem realizados. Em uma segunda visita de Fogaça à Astec, em 3 de março de 2010, foi assinado o estabelecimento da integralidade da GIT, fruto do esforço de técnicos permanentemente mobilizados.



Fotos Arquivo Astec

ASTEC E O PREVIMPA

A construção do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores (Previmpa), órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pela Lei Complementar nº 466, de setembro de 2001, disciplinado um ano depois pela Lei Complementar nº 478, que consolidou o órgão, foi mais uma conquista dos municipais que contou com a participação da Astec, na composição do **Fórum de Entidades**.

A associação lutou pela constituição de um ente previdenciário de direito público, com um fundo baseado em normas gerais de contabilidade e atuária, garantia de seu equilíbrio financeiro. Defendeu, para esse regime próprio de previdência, a presença de órgãos de controle (Conselho de Administração – CAD – e Conselho Fiscal – CF) integrados por funcionários estáveis, parte deles eleitos por sufrágio universal e outra indicada pela Administração Municipal, entendendo que este era o caminho para que os recursos dos servidores fossem geridos com democracia e transparência, a fim de garantir a eles e seus familiares um futuro muito mais seguro e tranquilo.

Mas, a **aposentadoria dos servidores tem sido posta em risco**, e a Astec, em conjunto com outras entidades e com o Simpa, se mantém vigilante para assegurar a manutenção desta conquista. Em 24/08/2009, sob o governo Fogaça, representantes da Astec ocuparam o plenário da Câmara de Vereadores, pedindo a **retirada das emendas 34 e 35 do Projeto de Lei Complementar do Executivo, PLCE nº 007/2007**. O objetivo de que a indicação dos diretores financeiro e previdenciário continuasse sendo feita pelo Conselho de Administração, e, também, que as eleições para o Conselho passassem a ter representação proporcional foi alcançado.

Entretanto, outras ameaças surgiram, como a eleição de presidência do Conselho de Administração vinculada ao diretor-geral, em detrimento do exercício do cargo por servidor eleito pelos municipais. A partir de 2017, os ataques à previdência municipal tornaram-se recorrentes. Ainda em janeiro daquele ano, a assessoria de comunicação do prefeito Nelson Marchezan Júnior passou a divulgar aos formadores de opinião uma versão enganosa das contas do Previmpa, apontando suposto rombo na previdência dos servidores, quando, na verdade, o governo municipal está pagando valores historicamente devidos aos municipais.

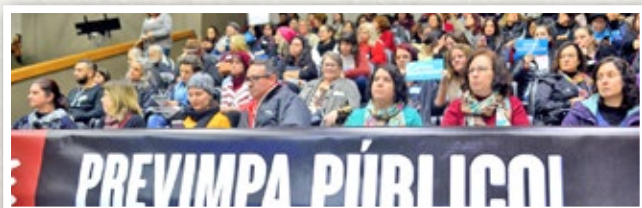
Tal movimento visava tão somente a criação de ambiente propício para apresentação de uma proposta de aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%. O envio do projeto para a Câmara Municipal considerou o parecer contrário do Conselho de Administração que, entre outras irregularidades, identificou a inexistência das planilhas de cálculo atuarial que justificariam o aumento. Iniciativa do Executivo logrou êxito em votação polêmica, realizada na noite de 5 de julho de 2017, após intenso embate e ocupação do plenário.

O novo ataque à previdência se deu em 26 de abril de 2018, quando o prefeito, mais uma vez sem respeitar a decisão autônoma do CAD, enviou à Câmara Municipal o projeto que instaurou o Regime de Aposentadoria Complementar, aprovado em 6 de agosto do ano passado, criando nova estrutura, cargos e necessidade de aporte financeiro na ordem de R\$ 10 milhões, com grande possibilidade de prejuízos simultâneos aos servidores a ela vinculados e aos cofres municipais, servindo apenas para agradar ao mercado financeiro.

A Astec batalhou intensamente contra o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% e contra o incremento da previdência complementar, a partir do ano de 2018.

Prestamos nosso reconhecimento aos colegas eleitos e que hoje integram os Conselhos de Administração e Fiscal do Previmpa pelo empenho na luta contra os incessantes ataques da gestão Marchezan Júnior. Exemplo da postura firme deste grupo é a aprovação, a despeito do visível empenho da direção-geral em dificultar os encaminhamentos, de duas auditorias atuariais que têm o objetivo de averiguar a metodologia de cálculo e os resultados divulgados pelo governo.

O compromisso da Astec na defesa da previdência se reitera com a realização do seminário A Realidade das Finanças e Previdência na PMPA, realizado em 23 de agosto, no Auditório do Senge, que confrontou dados acerca das finanças da Prefeitura de Porto Alegre e das previdências públicas e privadas brasileiras com os discursos governamentais, demonstrando que não há déficit, mas, o que há de fato é a dívida das administrações para com as previdências dos servidores.



DISSÍDIOS, BIMESTRALIDADE, GRATIFICAÇÕES, ISONOMIA E PLANO DE CARREIRA

Após uma história de mobilização permanente, reforçada nas campanhas de dissídio, valorizando sempre a busca das necessidades dos técnicos científicos no conjunto dos municipais, por meio das pautas de reivindicações anuais, com lutas específicas – como a travada pela reposição salarial por meio da bimestralidade – e de tantos outros movimentos, intensificam-se, a partir de 2010, as buscas de gratificações particularizadas. Uma política salarial inaugurada pela gestão Fogaça e mantida pela gestão Fortunati, que gerou reconhecimento isolado a diversas categorias profissionais que lograram êxito, e polêmica entre outras tantas, que mesmo após extenuantes negociações, sempre com o apoio a Astec, não obtiveram sucesso em seus pleitos. A Astec, empunhando a bandeira da isonomia baseada na ideia de que o desempenho de cada servidor tem exatamente a mesma importância para fazer funcionar a máquina pública, pauta o assunto em sua assembleia geral extraordinária de 5 de julho de 2010. Após debate acalorado, a votação delibera apoio da entidade aos movimentos de profissionais que se desenvolveram, na época, no âmbito da Prefeitura de Porto Alegre. Aos “Capacetes Brancos”, que reuniu profissionais vinculados ao, na época, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS (CREA-RS) – engenheiros, geólogos, geógrafos e arquitetos (estes últimos hoje representados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS), logo somaram-se médicos, administradores, assistentes sociais, biólogos, comunicadores, bibliotecários, profissionais da saúde, servidores do DMAE, nutricionistas e contadores. Além desses, os profissionais do CREA-RS uniram-se aos que formaram o grupo dos Sem Gratificação como, por exemplo, os aposentados e pensionistas da Secretaria da Administração que, apesar da garantia constitucional, não percebem a Gratificação de Incentivo ao Desempenho (GID). A força dos “Capacetes Brancos” revelou-se na coesão dos profissionais, que foram os primeiros a alcançar sua Gratificação de Alcance de Metas (GAM), seguidos dos biólogos, com a Gratificação de Responsabilidade Ambiental e Alcance de Metas (GRAM). No caso específico da Gratificação de Incentivo à Arrecadação (GIA), a Astec mantém sua assessoria jurídica disponível aos associados com possibilidades de obtê-la, para consulta sem custo. Se for de interesse do associado ingressar com ação judicial, os custos para andamento da causa poderão ser tratados diretamente com os profissionais da assessoria.



Fotos Arquivo Astec

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Ao longo desse período, a Astec tem marcado presença em audiências públicas para discutir os mais diversos temas, sempre em prol das condições adequadas para a prestação de um serviço público qualificado à população porto-alegrense. Para citarmos apenas algumas delas: Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado discute Projeto de Previdência do IPE (18/5/2004); Câmara Municipal discute Projeto de Previdência dos Municipários (31/10/2007); Comissões Saúde e Meio Ambiente, na Câmara de Vereadores (22/8/2017), decorrente do artigo “Vai faltar água no verão”, assinado pelo então diretor da Astec, eng. civil Adinaldo Fraga, no Jornal do Comércio de 21/8/2017; Simers, discussão da greve (10/10/2017); e a discussão do PLCE nº 02/2019, na Câmara Municipal (21/3/2019).



ASSEMBLEIAS, MOBILIZAÇÕES E GREVES

Há 25 anos, a Astec participa dos movimentos da data-base, marcando presença nas ações de mobilização, juntamente com as demais entidades de servidores, nas assembleias gerais coordenadas pelo Simpa e nas greves em defesa da valorização profissional do conjunto dos municípiários.



Tiago Murbach/Simpa

RECONSTRUÇÃO DO SIMPA

Primeiro sindicato de municípiários do Brasil, cercado de suspeitas de fraude eleitoral durante quase duas décadas, a partir de 1988, o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre foi escrevendo uma história de esvaziamento e de momentos trágicos, envolvendo até episódios criminais. Somente em 2005, com a categoria unificada no Fórum de Entidades, do qual a Astec era integrante, o Simpa foi resgatado. Em 27 de outubro daquele ano, em votação histórica, no Ginásio Tesourinha, o **Fórum derrotou os demais segmentos e aprovou eleições para a diretoria do Sindicato**. A votação aconteceu entre 22 e 24 de maio de 2006 e o Simpa foi reaberto e passou a ser gradualmente reconstruído pelos municípiários.



Fotos Arquivo Astec

Kiko Coelho/K@d/Simpa

EVENTOS

Nesse quarto de século, a Astec realizou uma série de eventos, debatendo tecnicamente as questões a cidade e investindo na valorização profissional dos servidores.

Seminário Cidades - O Desafio do Novo Milênio, realizado em 26 e 27/08/2004, no Hotel Embaixador, com autoridades nacionais e internacionais, tratando sobre Gestão Urbana.



Seminário Astec Plano de Carreira e Efeito Cascata, reuniu uma plateia de mais de uma centena de pessoas, entre sócios, não sócios e representantes de entidades, em 29/10/2014.



II Seminário O Regime Próprio de Previdência em Porto Alegre, realizado em 16/07/2015, no auditório da Escola de Gestão Pública, abordou a história e a gestão do Previmpa, com mais de uma dezena de palestrantes.



Seminário Astec A Realidade das Finanças e Previdência na PMPA, realizado em 23/08/2018, no Auditório do Senge, reuniu palestrantes que confrontaram dados acerca das finanças da Prefeitura de Porto Alegre e das previdências públicas e privadas brasileiras com os discursos governamentais.



EXPOTEC – MOSTRA DE TRABALHOS E PROJETOS DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: são **cinco edições** já realizadas com a participação de vários autores de diversas secretarias e autarquias:

- 1ª Expotec – em duas temporadas, em 2007 – nos altos do mercado Público e na Câmara Municipal, com **25 trabalhos**; 65 autores e colaboradores;



- 2ª Expotec – em três temporadas, sendo duas na Câmara Municipal e outra no Centro Municipal de Cultura, com **28 trabalhos** selecionados, envolvendo mais de cem autores e seus colaboradores;



- 3ª Expotec – realizada de 2 a 13/07/2012, no segundo andar da Câmara Municipal, reuniu **42 trabalhos**, de **167 autores** e seus colaboradores;



- 4ª Expotec – Aconteceu de 13 a 30/06/2014, no 1º andar do Shopping Bourbon Wallig, com **31 trabalhos de cerca de uma centena** de autores e seus colaboradores;



- 5ª Expotec – Estendeu-se de 20 a 30 de outubro 2017, no saguão da Câmara Municipal de Porto Alegre, apresentando **21 painéis**, com mais de 50 autores e seus colaboradores.



Fotos Arquivo Astec

FESTAS DE ANIVERSÁRIO DA ASTEC – A primeira Festa-Baile marcou o aniversário de 8 anos da entidade, em 2002, no Clube Geraldo Santana, com 250 pessoas presentes. Desde então, nossas festas tornaram-se um dos momentos mais esperados do ano, pela oportunidade de congraçamento, diversão, boa comida e homenagens especiais e aos aposentados.



ALMOÇO DOS APOSENTADOS – realizados anualmente, desde 2013, os reencontros de colegas são sempre ocasião de confraternizar, relembrar bons momentos, atualizar informações e ser presenteado com mimos e viagens.



1º Almoço dos Aposentados – 18/06/2013, no galetto Mamma Mia, Praia de Belas Shopping



2º Almoço dos Aposentados – 26/08/2014, no Restaurante Copacabana



3º Almoço dos Aposentados – 1º/09/2015, na Via Veneto Galeteria



4º Almoço dos Aposentados – 09/08/16, no Restaurante Panorama, da PUCRS



5º Almoço dos Aposentados – 04/07/17, no Restaurante Panorama, da PUCRS



6º Almoço dos Aposentados – 05/07/18, no Restaurante Panorama, da PUCRS



7º Almoço dos Aposentados – 07/06/19, no Restaurante Forno & Fogão

SOB O ATUAL GOVERNO

Desde que Nelson Marchezan Júnior assumiu a Prefeitura de Porto Alegre, em janeiro de 2017, muitos têm sido os ataques à qualidade do serviço público e aos direitos conquistados pelos servidores. O prefeito nunca estabeleceu diálogo com o funcionalismo, **enviou à Câmara Municipal uma série de Projetos de Lei** à revelia das discussões regimentais e necessárias, bem como, às vezes, lançando mão da violência para impedir o acesso dos municipais aos debates. **Nesta edição, você poderá acompanhar as ações mais recentes da Astec**, como as denúncias sobre mais uma tentativa de causar desequilíbrio financeiro ao Previmpa, a perda de recursos e o desmonte do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), além do crime de responsabilidade do prefeito Marchezan em graves infrações político-administrativas envolvendo a Companhia Carris e empréstimos bancários desnecessários para pagamento de salários, quando havia recursos em caixa.

PRESIDENTES

Ao longo desses 25 anos, a Astec contou com nove presidentes, em 12 gestões acompanhadas de diversos colegas que, com seu trabalho voluntário, ajudaram e ainda ajudam a construir a grandeza da entidade: **eng. agr. e arq. Luiz Fernando Rigotti** (1994-1995 e 2001-2002); **cont. João Paulo Galvez Machado** (1996-2000); **adm. Adalberto Pio de Almeida** (2003-2004); **adm. Eros Sadowoy Martins** (2005-2006); **méd. Júlio Cesar Portanova da Rocha** (2007-2008); **adm. Margareta Baumgarten** (2009-2010); **eng. civil Paulo Demingos** (2011-2012); **biól. Isabel Cristina Junqueira** (2013-2014 e 2015-2016); e **eng. civil Sérgio Luiz Brum** (2017-2018 e 2019-2020).



Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre em comum

PRESIDENTES 1994 - 2018

				
Eng. Agr. Luiz Fernando Rigotti 1994 - 1995 e 2001 - 2002	Cont. João Paulo Galvez Machado 1996 - 2000	Adm. Adalberto Pio de Almeida 2003 - 2004	Adm. Eros Sadowoy Martins 2005 - 2006	Méd. Júlio Cesar Portanova da Rocha 2007 - 2008
				
Adm. Margareta Baumgarten 2009 - 2010	Eng. Paulo Demingos 2011 - 2012	Biól. Isabel Cristina Junqueira 2013 - 2014 e 2015 - 2016	Eng. Sérgio Luiz Brum 2017 - 2018	

Como Porto Alegre **perdeu investimento milionário** em drenagem urbana



Joel Vargas/PMPA

Alagamento da Av. Érico Veríssimo, resultado do mau funcionamento da casa de bombas nº 15

A crônica de uma tragédia anunciada

O texto narra em 10 atos os acontecimentos que levaram ao fim trágico do que seria a maior obra de drenagem urbana desde a construção do Conduto Alvaro Chaves. Os recursos eram provenientes do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal (PORTO ALEGRE, 2012), o chamado PAC Prevenção, cujo contrato de repasse a fundo perdido, foi assinado em 2012, pelo então prefeito José Fortunati. O corpo técnico da Divisão Obras e Projetos do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) foi responsável pela elaboração do projeto técnico selecionado, dos R\$ 333,2 milhões pleiteados, Porto Alegre foi contemplada com R\$ 237,1 milhões para execução de obras estruturantes em drenagem urbana.

1º Ato – A seleção e assinatura do contrato

Em setembro de 2012 técnicos da Divisão Obras e Projetos do DEP tomaram conhecimento do Programa de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (PAC Prevenção), desenvolvido pelo Ministério das Cidades com o objetivo de fomentar projetos estruturantes voltados para solução de problemas de drenagem urbana de grande impacto (BRASIL, 2012). Ainda em dezembro do mesmo ano, após um trabalho intenso da equipe de técnicos do DEP, de Porto Alegre foi uma das cidades contempladas com a possibilidade de obtenção de recursos da ordem de R\$ 200mi (a Portaria nº 598/2012 do Ministério das Cidades contemplou 5 intervenções, três de elaboração de projetos e obras e 2 só de projetos). Em dezembro o contrato entre a União, por meio do pelo Ministério das Cidades, representado no documento pela Caixa Econômica Federal, e a Prefeitura de Porto Alegre, foi assinado no Gabinete do Prefeito (PORTO ALEGRE, 2012).

2º Ato – A primeira recomendação técnica não acatada pela gestão

Dado o porte, o montante dos recursos financeiros, as contrapartidas e prazos envolvidos em todas as fases do PAC Prevenção, uma das primeiras manifestações dos técnicos envolvidos na elaboração da proposta foi a criação de uma equipe com dedicação integral para elaboração e acompanhamento das etapas de anteprojeto, orçamentação, fiscalização e gerenciamento. Apesar da boa interlocução com o Gabinete do Prefeito, tal pedido nunca foi atendido, obrigando os técnicos a buscarem alternativas externas para elaboração dos anteprojetos.

3º Ato – Demandas do órgão de financiamento x limitação de recursos do DEP

O ano de 2013 foi marcado pela tramitação e ajustes do plano de ação da Prefeitura ao formato imposto pelo PAC Prevenção. A esta altura, uma equipe formada por 4 técnicos agregou as demandas do programa à sua rotina de trabalho, contando com apoio eventual de servidores externos ao DEP, indicados pelo Gabinete do Prefeito (GP), para execução de atividades específicas como licitação e questões jurídicas.

4º Ato – Licitação e execução dos primeiros contratos

Foi com este formato de trabalho que, em 2014, a Divisão de Obras e Projetos conseguiu contratar, via processo licitatório, modalidade pregão, as empresas KF2 e Encop para elaboração dos Anteprojetos para as sub-bacias Arroio do Areia, Moinho e para 13 Casas de Bombas. Entre as obrigações das empresas contratadas figurava a apresentação de orçamentos detalhados nos formatos exigidos pela CEF. Cabendo aos técnicos da Divisão de Obras e Projetos do DEP a fiscalização e o acompanhamento desta prestação de serviço.

5º Ato – Gerenciamento de dificuldades em relação aos prazos

A opção feita pela Gestão Fortunati/Melo pela não criação de uma equipe, ainda que enxuta, com dedicação integral ao PAC Prevenção resultou em mais de uma ocasião durante o biênio 2014/2015 em situações de risco de suspensão do contrato, em virtude das dificuldades em atender os prazos estabelecidos em cláusulas de efeito suspensivo. Neste período houve forte interação entre a equipe técnica do DEP e a Coordenação da CEF, o que permitiu prosseguir a negociação de prazos e ações, resultando em anteprojetos de boa qualidade, aprovados pela área técnica da CEF.

6º Ato – Denúncias, investigações e calendário eleitoral paralisam o DEP

O ano de 2016 foi marcado por mudanças na direção do DEP, em março Tarso Boelter que dirigia o Departamento desde 2013, afastou-se para concorrer ao cargo de vereador, poucos meses depois seu substituto, Miguel Barreto, foi afastado após denúncias de irregularidades na gestão de contratos da Divisão de Conservação (IRREGULARIDADES, 2016). Lieversson Perin foi nomeado pelo GP para assumir a direção do órgão. Todavia as investigações causaram grande interferência na rotina e trabalho dos técnicos da Divisão Obras Projetos, que passaram dar suporte aos trabalhos da sindicância interna instaurada pelo GP, dificultando ainda mais o andamento das atividades do PAC Prevenção, tudo isso em meio às movimentações e limitações inerentes ao período que antecedeu as eleições municipais realizadas em outubro. Em 23 dezembro, a despeito dos percalços, o prefeito José Fortunati assinou o contrato que deu início às obras na região do Arroio Areia. Anunciando no site de notícias da PMPA a iniciativa como a maior obra de drenagem desde a entrega do Conduto Álvaro Chaves, um investimento de R\$ 98,5 milhões que beneficiaria 178 mil habitantes de 14 bairros (PORTO ALEGRE, 2016, ISAÍAS, 2016).

7º Ato – Nova gestão, desestruturação, isolamento dos técnicos e extinção do DEP

Em janeiro de 2017 marcou o início da gestão de Nelson Marchezan como prefeito. A partir de uma série de medidas, a atual gestão causou forte impacto no trabalho do DEP, resultando, por fim, na extinção do órgão ainda neste ano (RIVAS, 2019, MULLER, 2017). A reforma administrativa apresenta pelo Prefeito desmembrou as atividades do DEP, subordinando-as a duas novas secretarias: Infraestrutura e Mobilidade Urbana e Secretaria de Serviços Urbanos, sediadas em endereços distintos. A equipe de técnicos que havia agregado as atividades do PAC Prevenção ao seu trabalho, foi apartada: parte foi alocada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM) e outra na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb), os servidores assumiram novas atribuições delegadas por novas chefias. Tal desmembramento dificultou a rotina já precarizada pela falta de recursos e pelas constantes alterações e incertezas na linha de comando. A partir de maio deste ano a estrutura e as atividades remanescentes do DEP ficaram sem direção-geral e sem diretores de divisão nomeados. Porém, um dos fatores mais preponderantes e urgentes neste período foi a suspensão dos pagamentos dos fornecedores da PMPA, que permaneceram vários meses sem receber. A Empresa Encop, responsável pelo Projeto das 13 Casas de Bombas,

foi diretamente atingida por esta medida, ficando sem receber recursos da ordem de R\$ 2 mi por serviços já executados para outros órgãos da administração municipal. Por causa disto a empresa recusava-se a atender as solicitações de revisão do Projeto (planilhas de custo), que condicionavam a liberação dos recursos e levavam à suspensão do contrato, pela Coordenação da CEF. A despeito dos pedidos e alertas emitidos de forma insistente pelos técnicos do DEP aos novos gestores, a empresa chegou ao final de 2017 sem receber os valores devidos pela PMPA causando uma brutal dificuldade na condução das ações do Programa, contudo ainda foi possível evitar a suspensão do contrato neste ano. Em dezembro, após os graves problemas enfrentados e temendo a suspensão do contrato, a equipe técnica do DEP emitiu um relatório técnico destinado ao então Coordenador Cláudio Kuyven, detentor de cargo em comissão nomeado pela gestão Marchezan e exonerado pouco tempo depois. O documento apontou duas alternativas para a questão: negociação junto às empresas responsáveis pelos projetos e obras do PAC Prevenção ou, a formação de uma equipe de servidores atuando em regime de força tarefa com dedicação exclusiva para garantir o cumprimento das solicitações feitas pela Coordenação da CEF. Não houve definição dos gestores quanto a esta importante recomendação do corpo técnico.

8º Ato – Ingerência dos gestores políticos e isolamento dos técnicos comprometem o cronograma do projeto e a continuidade dos repasses

Apesar das grandes dificuldades de ordem administrativa e financeira, de locação de pessoal, de indefinição de fluxo de trabalho e de linha de comando, causada pelas constantes trocas de gestores e pela falta de regulamentação da reforma administrativa anunciada em janeiro de 2017 (levada a cabo somente ao final de 2018), o PAC Prevenção teve em junho de 2018 o início das obras de drenagem da Bacia Hidrográfica do Arroio Areia (PORTO ALEGRE, 2018). Ainda em abril de 2018, os técnicos abriram um novo processo SEI como forma de pressionar e formalizar os pedidos de pagamento à empresa Encop, uma vez que percebiam o risco iminente de descontinuidade do serviço e a suspensão do contrato, como resultado do descompasso entre as cobranças da CEF e a capacidade de decisão do Executivo municipal.

A essa altura, a interlocução com a CEF já havia sido assumida Secretário-adjunto da SMIM, Alcimar Andrade Arrais e um pequeno grupo de servidores comissionados que passaram a centralizar as informações e despachos do PAC Prevenção. Tal procedimento provocou um isolamento deliberado da equipe de técnicos da Divisão de Obras e Projetos, até então responsáveis pelo acompanhamento técnico do projeto, desde junho deste ano, o cargo de diretor da Divisão de Obras e Projetos permaneceu vago.

9º Ato – Gestores políticos devolvem a servidor a responsabilidade pelo acompanhamento do Programa

Diante das graves pendências do contrato do PAC Prevenção e as das constantes trocas no grupo de cargos de provimento em comissão (CCs), a gestão optou por repassar o acompanhamento, de forma interina, para um servidor do quadro, que acumulou as pendências de um projeto já comprometido, às suas atividades de rotina. Vale ressaltar que ao tomar esta decisão sem dar o devido suporte, recursos,



Joel Vargas/PMPA

A administração perde recursos e a população, quanto mais pobre, mais penalizada pelo descaso do governo

corpo técnico ou sequer acesso aos tomadores de decisão, a gestão aumentou consideravelmente o nível de dificuldade de gerenciamento do problema, algo incompatível com a gravidade da situação.

É neste ponto que cabe destacar a responsabilidade da gestão Marchezan diante da morte anunciada do festejado PAC Prevenção. Um programa que sobreviveu por meses à precariedade de uma gestão política que pouco ouviu o corpo técnico da Prefeitura. Os servidores do DEP, a despeito do processo de extinção do órgão, das relotações forçadas de membros da sua equipe, do intencional isolamento de seus técnicos mais capacitados aos espaços de decisão em projetos e ações estratégicas, conseguiram dar uma sobrevida ao PAC Prevenção. Marcheazan ao decidir deixar o programa aos cuidados de uma unidade de trabalho ao invés de incorporá-lo, de fato, às prioridades de governo, assumiu com isto o risco de descontinuidade do serviço, algo gravíssimo na administração pública.

10º A cidade perde investimento milionário um ano e meio após a extinção do DEP

Em dezembro de 2018 os meios de comunicação noticiaram o cancelamento do investimento e a perda de mais de R\$150 milhões em fundo perdido para execução de projetos e obras que solucionariam problemas alagamento em vários pontos da cidade. A reposta do Gabinete do Prefeito foi culpabilizar a gestão anterior (KLEIN, 2018).

Aos técnicos do DEP tornamos pública mais do que a nossa solidariedade, prestamos nosso respeito. Por que sabemos que tal qual socorristas que, de forma incansável tentaram reanimar um paciente que já não respirava, eles gritaram por socorro para que o executivo providenciasse mais recursos para salvar este contrato vital. Infelizmente para Porto Alegre, ninguém na gestão Marcheazan deu ouvidos. E assim perdemos um investimento milionário em drenagem urbana. Esta conta carrega o nome e marca de uma gestão, que ao desvalorizar e isolar os servidores causou danos concretos aos moradores de Porto Alegre. Que os cidadãos lembrem desse nome e seu nefasto legado nas próximas eleições!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento. Lançado Plano Nacional para prevenção de desastres naturais. **Notícias:** [Brasília], 8 ago. 2012. Disponível em <http://www.pac.gov.br/noticia/c1619715>. Acesso em: 24.06.2019.

IRREGULARIDADES no Dep já foram denunciadas pelo Senge. **Notícias:** Porto Alegre: Senge, 14 jul. 2016. Disponível em: <http://www.sengers.org.br/site/noticias/2557/irregularidades-no-dep-ja-foram-denunciadas-pelo-senge>. Acesso em: 24.06.2019.

ISAÍAS, Cláudio. Prefeitura assina contrato para as obras de drenagem do arroio Areia. **Correio do Povo:** Porto Alegre, 23 dez. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/prefeitura-assina-contrato-para-as-obras-de-drenagem-do-arroio-areia-1.220044>. Acesso em: 24.06.2019.

KLEIN, Samanta. **Prefeitura da Capital culpa gestão anterior após perder R\$ 150 milhões para drenagem.** Porto Alegre, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://guaiba.com.br/2018/12/12/prefeitura-da-capital-culpa-gestao-anterior-apos-perder-r-150-milhoes-para-drenagem>. Acesso em: 24.06.2019.

MÜLLER, Bárbara. Câmara de Porto Alegre aprova extinção de secretarias e órgãos da Prefeitura. **Gaúcha ZH:** Porto Alegre, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/07/camara-de-porto-alegre-aprova-extincao-de-secretarias-e-orgaos-da-prefeitura-9840041.html>. Acesso em: 24.06.2019.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. **Assinado contrato para obras de drenagem no Arroio Areia.** Porto Alegre, 23 dez. 2016. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_noticia=190996&ASSINADO+CONTRATO+PARA+OBRAS+DE+DRENAGEM+NO+ARROIO+AREIA. Acesso em: 24.06.2019.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. **DEP recebe R\$ 237,1 milhões para obras de drenagem.** Porto Alegre, 28 dez. 2012. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=157394&DEP+RECEBE+R\\$+237,1+MILHOES+PARA+OBRAS+DE+DRENAGEM](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=157394&DEP+RECEBE+R$+237,1+MILHOES+PARA+OBRAS+DE+DRENAGEM). Acesso em: 24.06.2019.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. **Prefeito autoriza o início das obras de drenagem do arroio Areia.** Porto Alegre, 5 jun. 2018. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=999196703&PREFEITO+AUTORIZA+O+INICIO+DAS+OBRAS+DE+DRENAGEM+DO+ARROIO+AREIA. Acesso em: 24.06.2019.

PORTO ALEGRE (RS). Prefeitura Municipal. Sistema Eletrônico de Informações. **Processo SEI 17.0.000022679-3.** Nota: documento emitido no Sistema Eletrônico em 06/04/2017 com a finalidade de solicitar ao Gabinete/SMIM o pagamento da ENCOF, alertando diretamente para a o risco de perda dos recursos do PAC Prevenção.

RIVAS, Lucas. **PREFEITURA envia à Câmara projeto que visa extinguir DEP.** **Correio do Povo:** Porto Alegre, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/prefeitura-envia-%C3%A0-c%C3%A2mara-projeto-que-visa-extinguir-dep-1.231749>. Acesso em: 24.06.2019.

O muro da Mauá e a sua importância para Porto Alegre

Por Carlos Adolfo Bernd

Foto 1 – Em 1941, uma enchente assola a cidade de Porto Alegre. Ao fundo, o Mercado Público tomado pelas águas



Fonte : (A ENCHENTE, 2008)

Foto 2 – Muro da Mauá



Fonte: (MURO, 2016). Crédito: Bombing PoA/Geraldo Markes.
Muro da Mauá (Porto Alegre, Brasil)

PALAVRAS-CHAVE

Muro da Mauá; Drenagem Urbana; Enchentes; Casas de Bombas.

RESUMO

Este artigo aborda e/ou apresenta a importância do Muro da Mauá no Sistema de Proteção Contra as Cheias e de Drenagem Pluvial da Cidade de Porto Alegre.

1 INTRODUÇÃO

O Muro da Mauá é uma estrutura de concreto armado que faz parte do Sistema de Proteção Contra as Cheias e Drenagem do Município de Porto Alegre. Nossa cidade tem a proteção contra as cheias do Lago Guaíba e do Rio Gravataí, por meio de diques/muros, casas de bombas (CBS) e comportas em estruturas metálicas. As CBS, além da proteção contra as cheias, funcionam para a drenagem pluvial de Porto Alegre, ou seja, quando chove, a captação dos esgotos pluviais é feita pelas bocas de lobo, junto às sarjetas das vias e, posteriormente, são endereçados às redes de microdrenagem e macrodrenagem. Após, são bombeadas para a disposição final no Lago Guaíba ou no Rio Gravataí.

2 A ENCHENTE DE 1941

Em abril e maio de 1941 choveu durante 22 dias, nos municípios localizados na bacia hidrográfica do Lago Guaíba. Além disso, forte vento de sudoeste para nordeste, fez com que as águas da Lagoa dos Patos e Lago Guaíba ficassem represadas.

O resultado desses fenômenos em conjunto foi a maior enchente de todos os tempos, em Porto Alegre. O Cais Mauá está na cota +3,00m e cerca de 35% da área total do município estão abaixo desse nível. Por essa razão, portanto, ficaram inundados durante essa enchente. Conforme aferição, a cota máxima atingida foi de +4,75m. Os prejuízos foram enormes, com falta de energia elétrica e água potável para consumo, comprometendo a saúde dos moradores, o comércio e a pequena indústria existentes. Porto Alegre viveu uma calamidade pública, durante aquele período de sua história.

3 O SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA AS CHEIAS ADOTADO

Conforme o livro Prevenir é o melhor remédio, de autoria do eng. Vicente Rauber, foram realizados cinco estudos de viabilidade para escolher o projeto do Sistema de Proteção Contra as Cheias. O projeto vencedor foi desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e consistiu em envolver a cidade em um dique de argila que inicia na BR-290, passa pela Avenida Castelo Branco e vai até a Estação Rodoviária de Porto Alegre. O trecho da Estação Rodoviária até a Usina do Gasômetro já era bastante urbanizado em 1941. Assim, a solução adotada foi um muro de concreto armado, com três metros de altura e uma fundação de igual altura, para evitar a percolação de água do Lago para dentro da cidade. Da Usina do Gasômetro até a Vila Assunção, a solução adotada volta a ser um dique em argila, chamado popu-

larmente de Avenida Beira-Rio. Comportas metálicas são implantadas nos diques da Avenida Castelo Branco, bem como no Muro da Mauá, de modo a permitir o acesso da cidade ao porto. Fica claro que a cota adotada para o coroamento do dique e do muro foram baseadas na enchente de 1941, quando a cota máxima atingida foi de +4,75m. Nas obras de engenharia, sempre adotamos um coeficiente de segurança (free board) - nesse caso, de 1,25m. Portanto, a cota superior adotada para todos os diques e muro ficou em $(+4,75\text{m} + 1,25\text{m}) = +6,00\text{m}$. Ao longo dos anos, as casas de bombas são construídas, inicialmente, pelo DNOS e as novas pelo município, lembrando que essas possuem dupla função. A primeira, de impedir a entrada das águas do Lago Guaíba e do Rio Gravataí, em períodos de cheia, na cidade. A segunda função das CBS é drenar as precipitações pluviométricas para fora do Sistema de Proteção Contra as Cheias, por meio de conjuntos motor-bombas, acionando as CBS. Ao longo dos arroios que desaguam no Rio Gravataí e no Lago Guaíba, também são necessárias essas “barreiras” denominadas ‘diques internos’. Como exemplo de dique interno, temos a Avenida Ipiranga entre a foz do Arroio Dilúvio e a Avenida Silva Só. Outra solução de drenagem adotada em Porto Alegre são os condutos forçados, que funcionam pressurizados. Essa alternativa é utilizada quando temos de drenar áreas com cotas mais altas diretamente ao Lago Guaíba, sem receber contribuições de bocas de lobo ao longo do seu percurso. Caso sejam ligadas erroneamente ao longo do trajeto, elas funcionarão ao contrário quando os condutos estiverem pressurizados. Como exemplos de condutos forçados, temos o Polônia, o Álvaro Chaves, o Miguel Couto, o da Areia e o Camaquã. Nosso Sistema de Proteção Contra as Cheias conta, atualmente, com vinte e duas casas de bombas, distribuídas nos polderes protegidos pelos diques e muro, de modo que as casas de bombas pos-

sam operar individualmente durante vinte quatro horas por dia, para dar segurança à população porto-alegrense. O Tempo de Retorno ou Recorrência (TR) do Cais Mauá é de 15 anos e está na cota +3,00m. O TR da cota de +6,00m, de coroamento dos diques e muro, é de 370 anos, mas isso não significa que o evento não possa se repetir em períodos bem menores.

Não temos como prever esses fenômenos naturais. Acreditamos que com as atuais mudanças climáticas do planeta, o risco de surpresas aumenta. Temos cerca de 68 quilômetros de diques em argila e 2,65 quilômetros do Muro da Mauá.

4 O SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA AS CHEIAS E DRENAGEM/OBRAS MAIS RECENTES COM SUAS PENDÊNCIAS

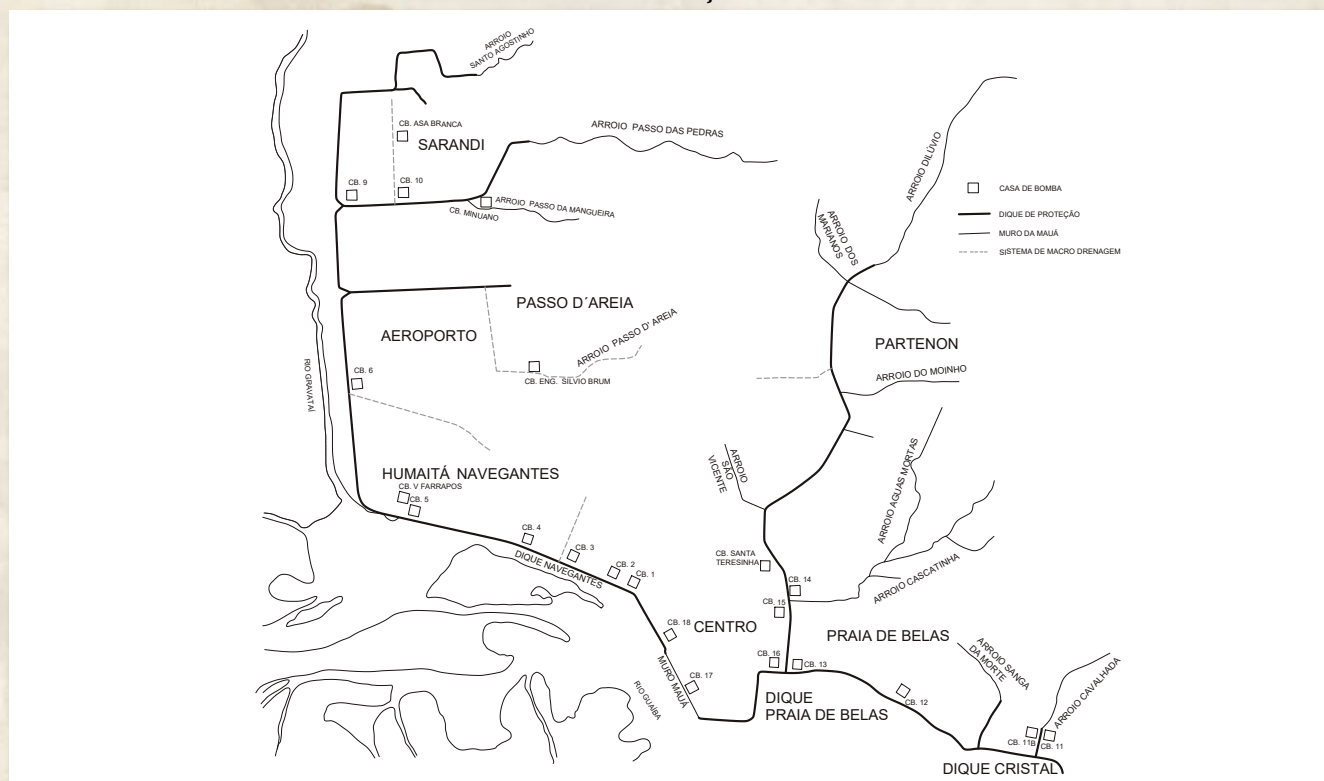
4.1 Casa de Bombas Santa Terezinha, localizada na Vila Planetário, na Avenida Ipiranga. Esta CB necessita de implantação de geradores.

4.2 Casa de Bombas Vila Minuano, localizada na Avenida Dona Alzira, 2001. Necessita de geradores e de complementação dos diques.

4.3 Casa de Bombas Vila Asa Branca, localizada na comunidade de mesmo nome. Necessita da instalação de mais uma bomba submersa para dar velocidade aos esgotos pluviais, evitando o assoreamento das redes. É necessária, também, a execução dos diques ainda pendentes.

4.4 Casas de Bombas 11 e 11-B, localizadas na Avenida Icarai, respectivamente nas margens esquerda e direita do Arroio Cavalhada. Foram executados diques em argila e o canal do Arroio Cavalhada entre a Avenida Icarai e Avenida Diário de Notícias. Essas obras foram executadas pelo Projeto Integrado Sócio Ambiental (Pisa) e coordenadas pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE). Ainda

Planta 1 – Sistema de Proteção Contra as Cheias



Fonte: (RAUBER, 1992) – Adaptação da Arq. Ana Elisa Franzen Bernd

estão pendentes a construção do canal e diques a montante do pontilhão da Avenida Icarai.

4.5 A Casa de Bombas número 9 foi totalmente reformada, por meio de uma contrapartida ao município de uma fábrica de refrigerantes, localizada dentro deste polder. A CB9 está localizada no Dique Sarandi, próximo à BR-290.

4.6 A Casa de Bombas Silvio Brum, localizada na Avenida Sertório, 3424, será totalmente reformada, por meio do contrato do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Essa CB pertence à Bacia Hidrográfica do Arroio da Areia, e está com suas obras de macrodrenagem já em execução.

5 O FUTURO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA AS CHEIAS E DRENAGEM

Entre os desafios propostos pelo Plano Diretor de Drenagem Urbana de Porto Alegre estão a reforma e ampliação das CBS e macrodrenagem do Sistema de Proteção Contra as Cheias e Drenagem de Porto Alegre. Essas obras são hoje necessárias devido à crescente urbanização da cidade e a decorrente impermeabilização do solo.

5.1 Reforma e ampliação da CB1, localizada no canteiro central da Avenida Castelo Branco, próximo à Estação Rodoviária. A vazão atual desta CB é de $7,5\text{m}^3/\text{s}$, sendo que a vazão total necessária é de $12,50\text{m}^3/\text{s}$.

5.2 Reforma e ampliação da CB2, localizada também no canteiro central da Avenida Castelo Branco, dentro do pátio da Estação de Bombeamento de Água Bruta do DMAE, com acesso pela Avenida Voluntários da Pátria. A vazão atual é de $7,50\text{m}^3/\text{s}$ e a capacidade total de vazão necessária é de $9,00\text{m}^3/\text{s}$.

5.3 Reforma e ampliação da CB3, localizada no Dique Avenida Castelo Branco na Avenida São Pedro. A vazão atual desta CB é de $7,50\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $27,50\text{m}^3/\text{s}$.

5.4 Reforma e ampliação da CB4, implantada entre as Avenidas Castelo Branco e Voluntários da Pátria, próximo à Avenida Sertório. Sua atual vazão é de $7,75\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $18,25\text{m}^3/\text{s}$.

5.5 Reforma e ampliação da CB5, localizada entre a BR290 e a Avenida Voluntários da Pátria, próximo ao DC Navegantes. A vazão atual da CB é de $10,25\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $41,27\text{m}^3/\text{s}$. Essa vazão total deverá compor a CB ampliada, bem como a retenção dentro do canal a ser construído entre a CB5 e o Bairro Humaitá. Essas obras são de grande importância para minimizar os problemas de alagamentos recorrentes nessa região.

5.6 Reforma e ampliação da CB6 localizada no encontro da BR-116 com a BR-290, lançando seus efluentes pluviais no Rio Gravataí. A atual vazão é de $7,75\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $34,25\text{m}^3/\text{s}$. Este valor total de vazão deverá ser distribuído na CB6 ampliada, na construção de uma nova CB6-B. Admitiu-se também o aproveitamento do canal de montante à CB6 com retenção e a previsão de outra nova CB a ser construída pelas obras de ampliação do Aeroporto Salgado Filho (Fraport).

5.7 A Casa de Bombas Vila Farrapos foi construída pela Cohab-RS, para atender essa Comunidade. A atual vazão é de $1,00\text{m}^3/\text{s}$, sendo que a vazão total necessária é de $2,10\text{m}^3/\text{s}$. A rede de macrodrenagem que recebe os efluentes pluviais da CB Vila Farrapos e lança no poço de captação da CB5, tem que ser totalmente reconstruída, no sentido de minimizar os recorrentes alagamentos naquele local.

5.8 Reforma e ampliação da CB10, localizada na rua Domingos de Abreu, 8 - entre o Dique Sarandi, no Arroio Passo das Pedras e a Avenida Assis Brasil. A vazão existente é de $9,00\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $20,66\text{m}^3/\text{s}$. Esta vazão total deverá ser distribuída na ampliação da CB10 e na retenção no canal de montante a construir.

5.9 Reforma e ampliação da CB12, posicionada no Parque da Marinha, no Estádio Beira-Rio, do Sport Club Internacional. A atual vazão é de $6,50\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $14,00\text{m}^3/\text{s}$.

5.10 Reforma e ampliação da CB13, localizada também no Parque da Marinha do Brasil. Sua atual vazão é de $13,00\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $20,00\text{m}^3/\text{s}$.

5.11 Reforma e ampliação da CB14, localizada na Avenida Ipiranga, ao lado do prédio da Polícia Federal. A atual vazão é de $6,00\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $9,00\text{m}^3/\text{s}$.

5.12 Reforma e ampliação da CB15, localizada na Avenida Ipiranga, ao lado do Teatro Renascença. Sua atual vazão é de $8,50\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $13,00\text{m}^3/\text{s}$.

5.13 Reforma e ampliação da CB16, localizada nas proximidades do Fórum Central de Porto Alegre e da Rótula das Cuícas. A vazão existente é de $16,00\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão total necessária é de $18,50\text{m}^3/\text{s}$.

5.14 As CBS 17 e 18 estão posicionadas na Avenida Mauá. Não existe necessidade de ampliação das vazões dessas duas casas de bombas, conforme o Plano Diretor de Drenagem Urbana de Porto Alegre. Contudo, essas têm que ser totalmente reformadas, pois são muito antigas e estão bastante desgastadas. O município terá de procurar um agente financeiro que aceite apenas financiar a reforma dessas casas de bombas, pois nos financiamentos com a Caixa Econômica Federal tem que haver a ampliação das vazões para obter a aprovação.

6 CONCLUSÃO

Diante de todas as informações anteriores, verificamos a complexidade do Sistema de Proteção Contra as Cheias e de Drenagem Pluvial da Cidade de Porto Alegre. Assim sendo, qualquer modificação deste Sistema (diques, muro, comportas, canais de macrodrenagem e casas de bombas) deverá passar pela aprovação dos “engenheiros da casa”, no sentido de evitar transtornos à população com novos alagamentos na cidade. Todas essas propostas de melhorias na drenagem de Porto Alegre devem ser implementadas pela administração municipal o mais rápido possível, para melhorarmos a qualidade de vida da Capital do estado.

REFERÊNCIAS

A ENCHENTE de 41. **Jornal do Mercado**: [Porto Alegre], 6 nov. 2008. Disponível em: <https://jornaldomercado.com.br/a-enchente-de-41>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GUIMARÃES, Rafael. **A enchente de 41**. 3.ed. Porto Alegre: Libretos, 2009. 99p.

MURO da Muá. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. [S.l.:s.n.], 2019. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Muro_da_Mau%C3%A1_\(Porto_Alegre,_Brasil\)_14.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Muro_da_Mau%C3%A1_(Porto_Alegre,_Brasil)_14.JPG). Acesso em: 22 ago. 2019.

PORTO ALEGRE (RS). Departamento de Esgotos Pluviais. **Caderno de Encargos**. Porto Alegre: DEP, 2005. 96p.

PORTO ALEGRE (RS). Departamento de Esgotos Pluviais. **Plano Diretor de Drenagem Urbana**. Porto Alegre: DEP, IPH, 2002. 7v.

RAUBER, Vicente. **Prevenir é o melhor remédio**: sistema de proteção contra as inundações e alagamentos de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1992. 47p.

AGRADECIMENTOS

COLABORADORA: arq. Ana Elisa Franzen Bernd – CAU-RS A72211-1.



CARLOS ADOLFO BERND

✉ eng.carlosbernd@gmail.com

Engenheiro civil aposentado do DEP/DOP/SMIM
CREA-RS 43106 diretor Financeiro da Astec.

Ressegregação de massas – a mais nova ameaça à nossa previdência

Entenda os riscos da mais recente investida de Nelson Marchezan Júnior na gestão do Previmpa. Depois de aumentar em 3% a alíquota de contribuição, à revelia do Conselho de Administração do Departamento, e de instituir a aposentadoria complementar e, para geri-la, criar a empresa PoaPrev (o que demandará investimento imediato da ordem de R\$ 10 milhões), o objetivo do prefeito é sacar valores do fundo capitalizado para cobrir despesas de pensões atualmente pagas pelo regime geral.

E ele tenta fazer isso quando envia para a Câmara Municipal o **Projeto de Lei (PLCE) nº 007/2019**, que: contraria a Lei Complementar nº 478/2002, que, em seu Art. 5º § 7º, determina que “Os recursos do sistema de capitalização não poderão ser utilizados para cobertura de ‘déficit’, de qualquer natureza, do sistema de repartição simples.” e desconsidera a posição do Conselho de Administração do Previmpa, bem como parecer contrário da Procuradoria Setorial Previdenciária.

COMO TUDO COMEÇOU – PORQUE EXISTE A SEGREGAÇÃO DE MASSAS EM NOSSA PREVIDÊNCIA

Até 2001, ano de criação do Previmpa, Lei Municipal Complementar (LCM) nº 466/2001, os benefícios previdenciários, como aposentadorias e licenças-maternidade e de saúde, eram pagos de forma integral pelo caixa-geral do município. A Prefeitura nunca havia separado recursos para esse tipo de despesa. Toda a receita era destinada ao pagamento das despesas de ações e projetos para cidade. Apenas as pensões por morte eram geridas pelo Montepio dos Funcionários. A criação do Previmpa viabilizou a formação de um fundo previdenciário alimentado pela contribuição dos segurados e pela quota patronal da Prefeitura, para garantir o pagamento dos benefícios aos segurados.

Ocorre que nem todos os servidores se tornaram contribuintes e segurados do fundo previdenciário, posteriormente consolidado pela Lei Complementar nº 478/2002. A eventual inclusão de todos os servidores da época no novo regime previdenciário de capitalização demandaria o imediato aporte de aproximadamente R\$ 2 bilhões, calculados naquele ano de 2001 pela Sasse da Caixa Econômica Federal. Para contornar essa dificuldade, a previdência municipal de Porto Alegre criou dois regimes para o custeio dos benefícios, instituindo a **segregação de massas: de um lado, o regime de repartição simples, de outro, o regime de capitalização**.

DOIS REGIMES INDEPENDENTES PARA ATENDER GRUPOS DISTINTOS DE SERVIDORES

A promulgação da LCM nº 466, em setembro de 2001, constituiu o marco temporal para a segregação de massas dos segurados.

Os servidores que ingressaram em cargos efetivos no município, no DMAE, no DMLU, no Demhab, na Fasc e na Câmara Municipal até o advento da referida lei (setembro de 2001) ficaram vinculados ao regime de repartição simples. Suas contribuições previdenciárias são destinadas ao caixa-geral de previdência para o pagamento dos já aposentados e pensionistas. Os entes da administração municipal ficaram com o encargo de complementar os valores necessários à folha de pagamento dos benefícios. O princípio da solidariedade entre gerações é ponto central deste modelo.

Já os servidores que ingressaram depois de setembro de 2001 vinculam-se ao regime de capitalização. Os valores de suas contribuições previdenciárias mais a cota patronal, em vez de serem designados para o pagamento dos benefícios dos já aposentados e pensionistas, passaram a ser destinados ao Fundo de Capitalização, e formam o caixa para seus futuros benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão, licença para tratamento de saúde, licença-maternidade etc.). Esse fundo acumula recursos continuamente: possui expressivo número de contribuintes e poucos benefícios concedidos ao longo do tempo. Atualmente, os valores do referido Fundo Capitalizado beiram R\$ 2,3 bilhões. Todavia, com o avançar do tempo, aqueles jovens contribuintes aproximam-se ou incrementam as condições para fruírem os benefícios previdenciários. Portanto, não há sobra de valores e o destino de tais recursos pecuniários está carimbado. A rentabilidade dos valores acumulados é ponto central desse modelo de regime previdenciário.

Como visto, os caixas dos distintos regimes da previdência municipal não se comunicam. A legislação municipal os separa e deve ser preservada para a manutenção do atual equilíbrio do sistema.



Ruvana De Carli/CarliCom

Conselho de Administração do Previmpa luta para enfrentar os ataques ao departamento

NOVO PLANO DE RESSEGREGAÇÃO DE MASSAS

O plano do governo Marchezan Júnior, denominado de Ressegregação de Massas, é uma ameaça ao programa de equilíbrio previdenciário em curso, desde setembro de 2001. Implica no “socorro financeiro” a ser bancado pelos valores do Fundo de Capitalização para custear as pensões atualmente a cargo do regime de repartição simples. Significa diminuir o fundo e abrir precedentes para o seu esvaziamento com intuito de aliviar as atuais finanças do município, provocando uma inevitável falta de dinheiro para o custeio da previdência, no futuro.

A proposta despreza os compromissos assumidos pela Prefeitura em relação ao período passado (anterior à LCM nº 466), quando o município, suas autarquias e a Câmara Municipal não contribuíam com a previdência. Os entes da administração ficavam com o dinheiro em caixa e o designavam para quaisquer outros encargos públicos, assumindo o compromisso de pagarem, em regime de caixa, os futuros benefícios da previdência.

A ressegregação de massas é uma quebra unilateral dos compromissos do passado, de custeio dos benefícios de quem ingressou no serviço público de carreira antes instituição do regime contributivo (2001). É uma alternativa cômoda e irresponsável estrangular um plano de equilíbrio previdenciário construído ao longo de 18 anos para socorrer o governo da ocasião. O fundo capitalizado trata-se de dinheiro público, pertencente aos segurados da previdência municipal e não um recurso à disposição deste ou daquele governo.

Como já esclarecido, a incomunicabilidade dos dois caixas previdenciários decorre da legislação municipal e somente a alteração legislativa poderá viabilizar o plano governamental em comento. Vamos permitir que o governo Marchezan Júnior incremente seu temerário plano?

Astec – Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

REFERÊNCIAS

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 466, de 6 de setembro de 2001. Dispõe sobre regras de transição e modificação do Regime Previdenciário Próprio do Município, cria o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Porto Alegre e dá outras providências, na forma da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou artigos da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, revogando dispositivos da Lei nº 2.521/63 e as Leis nº 2.759/64, 3.313/69, 3.340/69, 3.582/71, 4.442/78 e 5.299/83. **Diário Oficial de Porto Alegre [DOPA]:** Porto Alegre, 10 set. 2001. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2001/47/466/lei-complementar-n-466-2001-dispoe-sobre-regras-de-transicao-e-modificacao-do-regime-previdenciario-proprio-do-municipio-cria-o-fundo-municipal-de-previdencia-dos-servidores-publicos-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias-na-forma-da-emenda-constitucional-n-20-de-15-de-dezembro-de-1998-que-alterou-artigos-da-constituicao-federal-promulgada-em-5-de-outubro-de-1988-revogando-dispositivos-da-lei-n-2521-63-e-as-leis-n-2759-64-3313-69-3340-69-3582-71-4442-78-e-5299-83?q=466>. Acesso em: 24 jul. 2019.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002. Dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre e dá outras providências. **Diário Oficial de Porto Alegre [DOPA]:** Porto Alegre, 29 out. 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2002/48/478/lei-complementar-n-478-2002-dispoe-sobre-o-departamento-municipal-de-previdencia-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-porto-alegre-disciplina-o-regime-proprio-de-previdencia-social-dos-servidores-do-municipio-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias?q=478>. Acesso em: 24 jul. 2019.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 839, de 27 de dezembro de 2018. Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Porto Alegre, fixa limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição Federal, autoriza a criação da entidade de previdência complementar fechada Fundação de Previdência Complementar do Município de Porto Alegre – PoaPrev – e inclui parágrafo único no art. 95 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 – que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre e dá outras providências –, dispondo sobre a contribuição previdenciária dos servidores que optarem pelo Regime de Previdência Complementar. **Diário Oficial de Porto Alegre [DOPA]:** Porto Alegre, 28 dez. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2018/84/839/lei-complementar-n-839-2018-institui-o-regime-de-previdencia-complementar-no-ambito-do-municipio-de-porto-alegre-fixa-limite-maximo-para-a-concessao-de-aposentadorias-e-pensoes-de-que-trata-o-art-40-da-constituicao-federal-autoriza-a-criacao-da-entidade-de-previdencia-complementar-fechada-fundacao-de-previdencia-complementar-do-municipio-de-porto-alegre-poaprev-e-inclui-paragrafo-unico-no-art-95-da-lei-complementar-n-478-de-26-de-setembro-de-2002-que-dispoe-sobre-o-departamento-municipal-de-previdencia-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-porto-alegre-disciplina-o-regime-proprio-de-previdencia-social-dos-servidores-do-municipio-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias-dispondo-sobre-a-contribuicao-previdenciaria-dos-servidores-que-optarem-pelo-regime-de-previdencia-complementar?q=poaprev>. Acesso em: 24 jul. 2019.

PORTO ALEGRE (RS). **Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/2019.** Inclui o Inc. III e o parágrafo único no art. 94 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa). Disponível em: http://astecmpa.com.br/wp-content/uploads/2019/08/PLCE_007_19.pdf. Acesso em: 8 ago. 2019.

O dia em que blefei sobre a 'Esposa do Brigadiano' e acertei na mosca

Por Flávio Barcelos Oliveira

Foto Flávio Barcelos Oliveira

*O texto a seguir é o primeiro da série **Certa vez...**, que integra as memórias do biólogo aposentado Flávio Barcelos Oliveira na arborização urbana de Porto Alegre, ao longo de quase 42 anos de atuação na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, hoje SMAMS.*

Numa ocasião eu estava realizando vistorias de árvores, decorrentes de requerimentos de moradores. Ao chegar na residência, vi que o carro estava estacionado em cima de uma praça, existente ao lado da casa, na sombra de um cinamomo. Eram visíveis os rastros do veículo entre a garagem e a praça.

Ao me apresentar à requerente (sempre utilizava crachá e colete de identificação), respeitosamente esclareci que o Código de Posturas do município proíbe estacionamento de veículos em praças. E completei: “Dá para notar que ele saiu da sua garagem. É seu?”

– Sim, é meu”, respondeu-me.

“E não vou retirá-lo daí”, completou.

De forma abrupta, disse-me: “Só um minutinho, já volto”. E entrou na casa. Fiquei aguardando. De repente, soaram sirenes e estacionaram três veículos da Brigada Militar, na minha frente.

Quatro portas abertas, em cada veículo, de onde desceram brigadianos com armas em punho. Óbvio, se depa-
raram com um cidadão, devidamente identificado, com colete técnico da SMAM, crachá e veículo de placas oficiais, igualmente identificado.

O comandante da ação, com voz alta, mas meio-cauteloso, perguntou-me: “o que está acontecendo?!”



FLÁVIO BARCELOS OLIVEIRA

✉ flavio@arboriza.com.br

Biólogo aposentado da SMAMS.

CRBio 03:8398.



Olhei firme para ele, depois para a requerente, e lasquei: “Sou técnico da SMAM e essa senhora fez um protocolo pedindo a remoção daquela árvore ali (apontei para o cinamomo e mostrei o protocolo dela preenchido de próprio punho), alegando que não aguenta mais as ‘sujeiras’ das folhas”. E completei: “Quando eu disse que iria indeferir, ela me falou: ‘Então vou mandar te prender, pois sou esposa de brigadiano’. Não acreditei que fosse verdade, mas vocês estão aqui. Foi isso”, finalizei.

A requerente, meio transtornada com a minha história, dizia: “Esse cara é louco, esse cara é louco.”

Mas acreditaram em mim. A árvore foi preservada. E o carro nunca mais foi estacionado na praça.

Dicas de leitura na rede de bibliotecas da Prefeitura Municipal – abertas ao público

ACERVO TÉCNICO E LITERÁRIO

Consulta e renovações de empréstimos no CATÁLOGO:

<http://pergamum.procompa.com.br/biblioteca/index.php>
do Sistema Pergamum, gerenciado por bibliotecárias(os)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Consulta no SISTEMA Legislação Municipal

Porto Alegre/RS: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/porto-alegre>



BIBLIOTECA DA SMED

Rua dos Andradas 680, 4º andar

Tel: (51) 3289.1736 biblioteca@smed.prefpoa.com.br

Site: www.bibliotecasmed.wordpress.com

Willingham, Daniel T. **Por que os alunos não gostam da escola?**: respostas da ciência cognitiva para tornar a sala de aula atrativa e efetiva. Porto Alegre: Artmed, 2011. ISBN 9788536325293

BIBLIOTECA ECOLÓGICA INFANTIL MARIA DINORAH (PARCÃO) – SMAMS

Parque Moinhos de Vento

Tel: (51) 3289-7520 biblioteca@smam.prefpoa.com.br

Site: www2.portoalegre.rs.gov.br/smam

CARPINEJAR, Fabrício. **Filhote de cruz-credo**: a triste história alegre de meus apelidos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. 40 p. ISBN 9788528622393



BIBLIOTECA JORN. ROBERTO E. XAVIER – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DA SUSTENTABILIDADE (SMAMS)

Av. Carlos Gomes, 2120

Tel: (51) 3289.7520 biblioteca@smam.prefpoa.com.br

Site: www2.portoalegre.rs.gov.br/smam

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSUÉ GUIMARÃES – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)

Av. Érico Veríssimo, 307 - Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues

Tel: (51) 3289.8099 bibliot@smc.prefpoa.com.br

Blog: <http://coordenacaodolivro.blogspot.com.br>

Facebook: www.facebook.com/BPMJG

BEUREN, Athos. **O fantasma do relógio**. 1. edição. Porto Alegre: Avec, 2019.



Amostra de livros para trocas na **Feira de Troca de Livros**, que acontece sempre no último final de semana do mês, das **14h às 18h**, na Biblioteca Pública.



Acesse os **canais de mídia** das bibliotecas e participe dos eventos culturais

Desigualdade social e sofrimento psíquico

Por Elaine Rosner Silveira

*Melancolia, de
Edvard Munch (1892)*



Ilustrativa/ Wikipedia

Quando um profissional começa a trabalhar nas políticas públicas ou nos serviços públicos no nosso País, seja da área de saúde, educação, assistência social ou outra, o primeiro impacto vivido é com a realidade da população atendida. Geralmente, uma realidade que o profissional de classe média pouco conhece, embora seja a realidade de grande parte da população brasileira: miséria, baixa escolaridade, falta de saneamento básico, vulnerabilidade, moradias precárias e exclusão social são as violências cotidianas que a população de baixa renda vive, além da violência direta dos altos índices de homicídio nessas comunidades.

A estrutura social brasileira produz e reproduz um abismo entre classes sociais, uma alta concentração de renda e uma desigualdade que exclui parte da sua população de ter acesso a bens básicos como água, luz, saneamento, moradia, bens de consumo e culturais, enfim, de ter um mínimo de dignidade e bem-estar social. Também o racismo é entranhado no nosso laço social – consequência de trezentos anos de escravidão, uma das mais longas do mundo, e que depois de terminada oficialmente ainda seguiu mantendo o negro à margem da sociedade, inclusive impedindo durante anos que estudasse. Segundo Schucman (2018), na sociedade brasileira há uma hierarquia de lugares sociais, existem lugares para brancos e lugares para negros e isso é aprendido diariamente. Simbolicamente, é dado lugar de valor diferente aos grupos raciais e as oportunidades também são desiguais, sendo que o branco é considerado a identidade nacional, a norma. Paulo Endo (2005) refere estudos que apontam a manutenção dessas desigualdades sociais como uma herança colonial, de privilegiar o interesse de poucos, em detrimento

da maioria, assim como com o passado de escravidão e marginalização do negro após a abolição.

Esta realidade e exclusão é invisibilizada pelos meios de comunicação e para boa parte da sociedade, de forma que a desigualdade social acaba sendo naturalizada e a violência banalizada. A própria população das comunidades mais pobres, que sofre esta violência e violação de direitos humanos, muitas vezes silencia a respeito dessa realidade por medo, humilhação ou vergonha, por ficarem desprotegidos e às vezes reféns do crime organizado, das milícias ou até da polícia.

Os profissionais que atendem esta população percebem que as políticas públicas são grãos de areia para dar conta dos problemas maiores dessa estrutura social injusta, mas nem por isso deixam de ser necessárias. Ao atender esta população desamparada nos serviços de saúde, os próprios profissionais vivenciam um certo desamparo ao lidar com os efeitos de tamanha desigualdade social.

O professor da UFRGS Antonio Cattani (2017), em seu livro *“Ricos, podres de ricos”*, indica que quanto maior for a diferença entre os ricos e os outros, maior será a violência, a incidência de problemas físicos e mentais, os crimes e os comportamentos incivilizados – ou seja, maior será a desagregação social. No Brasil, o Estado historicamente tem beneficiado um grupo minoritário da elite. E faz isso ao cobrar uma carga de impostos elevada dos pobres e da classe média e baixa dos muito ricos, proporcionalmente ao valor da renda de cada um desses grupos. E por dar isenção de impostos e perdoar a sonegação dos abastados.

Há autores que consideram que as consequências da desigualdade e da exclusão são traumáticas. Paulo Endo (2005)

afirma que os territórios violentos, que não respeitam os direitos humanos, onde predomina a lei do mais forte, o silenciamento das vítimas, a desregulação e a desproteção, são territórios potencialmente traumatizantes. O psicanalista uruguaio Viñar (2011) considera que as situações de exclusão social são tão traumatizantes quanto a guerra, o genocídio e situações de violência política, como tortura e desaparecimentos. E este trauma não deve ser encarado apenas como enfermidade psíquica individual, mas, sim, como enfermidade do laço social. São enfermidades que produzem deterioração do laço social e adoecimento psíquico.

Os sujeitos humanos se constituem sempre dentro de um cenário social, político e cultural, as histórias singulares de vida e das gerações de famílias se enodam ao laço social mais amplo, são marcadas por esta realidade. A pobreza extrema, a marginalização e as violências sutis ou explícitas têm consequências na subjetividade dos indivíduos e produzem sofrimento psíquico, perceptível na área de saúde mental. Ao mesmo tempo, o sofrimento está também relacionado à história singular e familiar das pessoas, situada num dado tempo e espaço. Ou seja, o singular do sujeito está articulado ao laço social (ROSA, 2016).

Por isso, a professora e psicanalista Miriam Rosa (2016) fala na dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico, enfatizando que o subjetivo não é desarticulado do social – o que afeta o social tem efeitos no psíquico e vice-versa. Ou seja, não há neutralidade, o profissional da área psi? e de outras áreas que não se der conta desse contexto social tende a reproduzir e naturalizar as situações de desigualdade e violência cotidiana, sem reflexão. É um ato político o profissional – de classe média e/ou branco – se dar conta do quanto ele próprio se beneficia das desigualdades sociais, de perceber que usufrui das vantagens historicamente concedidas à sua classe social na sociedade brasileira. Isto significa sair de uma posição de alienação ou de resistência à escuta desse outro grupo social. Sem reconhecer as desigualdades sociais e as formas sutis de preconceito de raça e de classe, e inclusive de gênero da nossa sociedade, por extensão não é possível reconhecer o sofrimento que essas podem trazer aos sujeitos. E se essa dor não for reconhecida, também não será abordada nem tratada nos diferentes serviços públicos (de saúde, educação, justiça etc.).

Nos serviços de saúde e de saúde mental, muitas vezes os usuários apresentam sintomas como fobias, angústias, insônia, depressão e até alucinações que se relacionam com a violência em que vivem – tal como os tiroteios na comunidade, o toque de recolher, assassinatos na vizinhança ou assassinato de um membro da família. Essa pesada situação não é sem efeitos sobre a subjetividade. E o luto por perdas violentas é ainda mais difícil de ser elaborado, por causa do medo de denunciar ou da lei do silêncio a que ficam submetidos em função das ameaças que recebem. Os sintomas podem estar relacionados, ainda à situação de vulnerabilidade em que se encontram, por passar necessidade, fome ou risco de desabamento da sua casa que fica na encosta de um morro, por exemplo. Por isso, Rosa (2016) enfatiza que é importante não culpabilizar o sujeito por sua condição social, que é determinada por uma estrutura social maior. E, por outro lado, também não vitimizar o sujeito de forma que o impeça de encontrar também as determinações singulares de sua história pessoal.

Às vezes, os profissionais podem se colocar numa posição de salvador messiânico, como diz Campos (2012), e tomar o indivíduo pobre como incapacitado, impotente, eterno carente e dependente. Ou o profissional pode considerar que seus valo-

res de classe média é que devem nortear o atendimento, sem levar em conta as construções psíquicas que o próprio sujeito produz e os apoios que encontra na sua comunidade, família e/ou vizinhança. Em vez de intrusões na vida ou o controle das populações por parte dos profissionais, a autora sugere uma ética que respeite os sujeitos e seus modos de vida, que não imponha valores de uma classe social sobre a outra. A ideia é trabalhar *com eles* e não *por eles*. Campos (2012) acentua a importância de não tomar as pessoas desses grupos sociais como mero objeto das políticas públicas, mas, sim, como sujeitos, propiciando que elas se responsabilizem por suas vidas, auxiliando-as para que construam suas saídas, levando em conta seu desejo e as condições de seu entorno.

Em paralelo ao atendimento e escuta dessas pessoas, é fundamental que os profissionais apontem para as gestões públicas e para os governos os efeitos adoecedores dessas condições de vida, indicando como custa mais caro para o Estado e para as instituições de saúde não investir na estruturação de melhores condições de vida e no respeito aos direitos humanos das comunidades.

Pensando nas equipes de trabalho, os espaços de fala para circulação da palavra são importantes para propiciar, além da interdisciplinaridade, mais amparo aos profissionais. E, também, propiciar reflexão sobre as práticas, sobre o que estão produzindo, para que serve e que efeitos têm. Muitas vezes, inclusive, os serviços de saúde precisam de supervisão externa clínico-institucional para auxiliar no trabalho e nas próprias subjetividades nas equipes.

De qualquer forma, é importante não se deixar abater por essa realidade, apontar as macro determinações sociais e buscar as potencialidades do sujeito que atendemos, valorizando sua palavra e as saídas alternativas que vai encontrando, em vez de petrificar o sujeito na impotência. E como as situações são complexas e as vulnerabilidades também, frequentemente é importante buscar saídas intersetoriais, que envolvam, conforme a peculiaridade de cada caso, a articulação de diferentes serviços, como da educação, justiça, assistência social, além do próprio serviço de saúde. Já que muitos problemas não são só de saúde, mas articulam-se à renda, moradia, inserção na educação e outros.



ELAINE ROSNER SILVEIRA

✉ rosilelaine@gmail.com

Psicóloga da SMS – CRP 07/05280

Doutora em Educação/UFRGS

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Rosana Onocko. **Psicanálise & saúde coletiva:** interfaces. São Paulo: Hucitec, 2012.

CATTANI, Antonio. **Ricos, pobres de ricos.** Porto Alegre: Marcavizual, Tomo Editorial, 2017.

ENDO, Paulo. **Violência no coração da cidade:** um estudo psicanalítico. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2005.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico.** São Paulo: Escuta/FAPESP, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Raças e desigualdades sociais. In: LOPEDOTE, M. et al. **Corpos que sofrem. Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2018.

Diabetes *Mellitus* tipo 2: como controlar?

Por Gabriela Marques Costa

Conforme a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), “o diabetes *mellitus* (DM) consiste em um distúrbio metabólico caracterizado por hiperglicemia persistente, decorrente de deficiência na produção de insulina ou na sua ação, ou em ambos os mecanismos, ocasionando complicações em longo prazo” (SBD, 2018). Em termos de saúde pública, é um distúrbio extremamente preocupante, uma vez que atinge proporções epidêmicas.

O DM possui diversas classificações, sendo o tipo 2, o mais frequente na população – entre 90% e 95% de todos os diagnósticos de diabetes *mellitus*. Por isso, esse resumo tem por objetivo analisar as últimas diretrizes publicadas pela SBD, que visam o controle do DM tipo 2.

As causas para o desenvolvimento do distúrbio são multifatoriais, incluindo fatores genéticos e ambientais. Como principais fatores de risco, destaca-se a má alimentação e o sedentarismo, que também podem ser apontados como fatores de risco para obesidade. O diagnóstico da doença, normalmente, é realizado por meio de exames laboratoriais de rotina ou após manifestações das complicações crônicas. Dentre os exames utilizados para o diagnóstico de DM estão: glicemia de jejum, glicemia medida 2 horas após teste oral de tolerância à glicose (TOTG) e hemoglobina glicada. Os valores utilizados pela SBD como referência para o diagnóstico da doença são os mesmos recomendados pela *American Diabetes Association* (ADA) e podem ser conferidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Valores de referência para diagnóstico de DM utilizados pela SBDs

Exame	Normal	Pré-diabetes	Diabetes
Glicemia de Jejum (mg/dL)	< 100	100 a 125	≥ 126
Glicemia 2 horas após TOTG (mg/dL)	< 140	140 a 199	≥ 200
Hemoglobina Glicada (%)	< 5,7	5,7 a 6,4	≥ 6,5

Fonte: Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018

Ainda segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes, “é objetivo do tratamento do paciente com diabetes *mellitus* (DM) o bom controle metabólico, diminuindo, assim, os riscos de complicações micro e macrovasculares.” (SBD, 2018). Esse controle pode ser realizado através da medição da hemoglobina glicada – que possibilita estimar os valores da glicemia nos últimos 3 a 4 meses, ou por meio da automonitorização diária da glicemia capilar, realizado pelo próprio paciente, utilizando o glicosímetro. Quanto à frequência da monitorização, a SBD enfatiza que devem ser realizadas, no mínimo, quatro medidas ao dia, sempre antes das refeições principais e ao deitar. Outra forma mais moderna de realizar o controle é a monitorização contínua da glicose – realizada por um sensor localizado no interstício, responsável pela leitura da glicose a cada 5 minutos.

O tratamento do diabetes *mellitus* (DM) está intimamente relacionado com a adoção de medidas de modificação no estilo de vida dos pacientes. Dentre essas modificações, o cuidado nutricional pode ser destacado como uma das partes mais importantes do processo – uma vez que desempenha papel fundamental na prevenção, no manejo da doença e por evitar o desenvolvimento de possíveis complicações. Diversos estudos científicos demonstraram efeito positivo na redução dos parâmetros de hemoglobina glicada, em pacientes portadores de DM tipo 1 ou tipo 2, após 3 a 6 meses de intervenção nutricional realizada por um profissional especializado.

A orientação nutricional tem como base a recomendação de uma dieta variada e equilibrada, cujo foco é atender a todas as necessidades nutricionais nas diversas fases da vida do paciente. No DM, a terapia nutricional tem ainda – como objetivos – a manutenção/obtenção do peso saudável, alcance das metas de controle da glicemia, controle da pressão arterial e adequação dos níveis séricos de lipídios. Embora diversos estudos tentem identificar a melhor combinação de nutrientes para indivíduos portadores de DM, até o momento não se chegou a uma proporção ideal aplicável. Portanto, é recomendada a prescrição individualizada de micro e macronutrientes, seguindo recomendações semelhantes às aquelas definidas para a população em geral e baseada em princípios básicos de uma alimentação saudável.

Essa pode ser caracterizada pela ingestão maior de alimentos à base de plantas – como frutas, verduras e legumes, além de cereais integrais e leguminosas como feijão, lentilha, ervilha e grão de bico. Deve priorizar o consumo de gorduras saudáveis, como as presentes no azeite de oliva, oleaginosas e produtos lácteos com baixo teor de gordura e recomenda menor ingestão de carne vermelha (priorizando-se peixes, aves e ovos) e consumo moderado de bebidas alcoólicas. Indica-se, também, que os pacientes evitem fontes de carboidratos que contenham altas concentrações de gor-

duras, açúcares e sódio, como as encontradas em produtos ultra processados. Além disso, a SBD destaca a importância do consumo de fibras – entre 30g e 50g por dia – no controle do diabetes, por apresentarem efeitos benéficos na manutenção da glicemia e do peso corporal, no metabolismo das gorduras, no aumento da saciedade e na preservação da saúde intestinal. E, para o efetivo controle glicêmico, a SBD enfatiza a necessidade de um correto fracionamento na dieta: “recomenda-se que o plano (alimentar) seja fracionado em cinco a seis refeições, sendo três principais e duas a três compostas por lanches.” (SBD, 2018).

Ainda merece destaque o cuidado em se evitar a deficiência de vitaminas e minerais, condição frequentemente observada em indivíduos com diabetes. “As principais causas são perdas na urina, diminuição na capacidade intestinal de absorção e baixa ingestão dietética” (SBD, 2018). A fim de evitar a deficiência nutricional, indivíduos com DM devem seguir uma alimentação variada, incluindo de duas a quatro porções de fruta e de três a cinco porções de hortaliças cruas e cozidas por dia, salientando-se a importância de que esses alimentos ainda sejam de tipos e cores variados. Em relação aos alimentos funcionais, alguns estudos identificaram benefícios no consumo de café, chá, cacau e canela, por apresentarem potencial efeito antioxidante.

A prática de atividade física é apontada como sendo um dos pilares do tratamento do diabetes, pois tem impacto significativo tanto no controle glicêmico, quanto na melhora de algumas comorbidades – como excesso de peso, hipertensão, dislipidemia, doenças cardiovasculares, etc. A SBD afirma, com afinco, que todos indivíduos portadores de diabetes *mellitus* devem praticar exercício físico, aeróbico e resistido (musculação), de acordo com sua necessidade/capacidade individual.

Outro fator de grande relevância para o tratamento é o descontinuação do uso de cigarro, em pacientes tabagistas, uma vez que inúmeras são as evidências de que o hábito de fumar tem efeito negativo no controle da doença e ainda contribui para o desenvolvimento de diversas complicações.

Ao ser diagnosticado o DM tipo 2, além de orientar as modificações de estilo de vida mencionadas acima, o médico costuma prescrever um agente antidiabético. Esses medicamentos possuem a função de diminuir a glicemia, com o objetivo de mantê-la em níveis normais. Dependendo do tempo de doença, a insulino terapia também pode ser prescrita isoladamente, ou em combinação com outros hipoglicemiantes. A escolha do medicamento varia em cada caso e cabe ao médico essa decisão.

Como descrito acima, o diabetes *mellitus* é um distúrbio metabólico de causas multifatoriais e cujo tratamento envolve diversas áreas da saúde; por isso o paciente diabético deve ser acompanhado pelos diferentes profissionais que compõem a equipe multiprofissional, para o melhor desempenho do tratamento.

REFERÊNCIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (Brasil). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018**. São Paulo: Editora Clannad, 2017. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>. Acesso em 10/05/2019.



GABRIELA MARQUES COSTA

✉ nutricionistagabrielam@hotmail.com

Nutricionista graduada pela UFRGS.

Diplomada em Gastronomia pela Unisinos.



Ilustrativa/Shutterstock

A consolidação do controle sobre

Os presidentes dos Conselhos de Administração, Edmilson Todeschini, e Fiscal do Previmpa, Márcia Quadrado, fazem um balanço de suas gestões, que se encerram em janeiro de 2020, frente aos órgãos de controle.

A atual gestão do Conselho de Administração (CAD) do Previmpa, do biênio 2018-2019, deparou-se com desafios sem precedentes na história da previdência municipal de Porto Alegre. Trata-se do enfrentamento de problemas que se agigantaram desde janeiro de 2017, em decorrência da mudança de comando do Executivo Municipal. Contrariando a lógica de governos anteriores, o mandato de Marchezan Júnior inaugurou outra lógica de gestão previdenciária, orientada pela mercantilização dos direitos sociais, com vistas ao atendimento dos interesses do mercado financeiro.

As políticas voltadas aos servidores, especialmente a de recursos humanos e a previdenciária, seguiram a mesma lógica de mercantilização dos demais direitos sociais como a educação, a saúde e o saneamento. Na visão governamental, o equilíbrio das finanças, a busca de superávits e os agrados aos prestadores privados de serviços públicos são sagrados, enquanto a dignidade do cidadão e do servidor está para ser negociada, orientando-se sempre pelas conveniências do mercado.

Especificamente, na política previdenciária, a Direção-Geral do Previmpa, enquanto órgão do governo municipal, esforçou-se para promover o enfraquecimento da política previdenciária com a aprovação da famigerada previdência complementar, causando prejuízos simultâneos aos servidores que se vinculam ao sistema e ao erário municipal. Em consequência, favorece apenas o sistema especulativo e os beneficiários com a estrutura a ser criada. O fez contrariando parecer coletivo do Conselho de Administração aprovado por 15 dentre os 20 conselheiros, sendo que um dos integrantes do CAD que discutiu e apreciou a minuta de parecer foi o próprio diretor-geral da autarquia Previmpa.

Ao longo da atual gestão, a Direção-Geral não mediou esforços para tentar inverter a lógica de funcionamento da gestão previdenciária, contando sempre com a incansável resistência dos conselheiros eleitos. Ao invés de respeitar o poder fiscalizador e o caráter deliberativo dos Conselhos de Administração e Fiscal, que foram constituídos para serem órgãos de controle sobre a gestão previdenciária, tentou em reiteradas ocasiões exercer controle sobre eles, dentre as quais destacam-se:

1. A primeira foi a apresentação de candidatura de servidor que integra a assessoria do seu Gabinete, para a presidência do Conselho de Administração, proposta acertadamente rejeitada pelos conselheiros;

2. Outra investida consistiu na tentativa de obstrução a que o Conselho apurasse denúncia de perdas de investimentos apresentada por servidor do quadro da autarquia;

3. Independente da vontade da Direção-Geral, o Conselho discutiu e aprovou a realização de auditoria atuarial no Previmpa;

4. Agora as já relatadas tentativas de obstrução do exercício das prerrogativas do órgão de controle, a Direção-Geral ousou nomear agente político para secretariar o Conselho de Administração.

No que pesem todas as dificuldades enfrentadas, a atual gestão do Conselho de Administração, presidida pelo conselheiro signatário, consolidou-se como órgão de controle sobre os atos da Direção-Geral. Teve a maturidade de aprovar as políticas necessárias ao bom funcionamento do Previmpa enquanto contestou as investidas voltadas ao enfraquecimento da política previdenciária municipal, assim como aprovou os procedimentos necessários ao exercício do controle sobre a gestão da autarquia.

Além de praticar todos os atos acima relatados, no curso do atual mandato do Conselho promoveu-se a revisão do regimento interno, orientando-se pelas diretrizes de contemplar expressamente a publicidade das sessões e a transparência da pauta.

Em razão do crítico momento enfrentado em defesa da previdência pública, seja no âmbito nacional, seja no local, aflora não apenas a necessidade de manter a ocupação do espaço já conquistado como de fortalecer o órgão de controle sobre a gestão previdenciária municipal.



Edmilson Todeschini, presidente do Conselho de Administração do Previmpa

Ruvana De Carli/CarliCom

a gestão previdenciária

Conselho Fiscal: instrumento de proteção dos interesses dos segurados do Previmpa

PAPEL DO CONSELHO FISCAL

Tanto as orientações da Secretaria Federal de Previdência quanto à lei que criou o Previmpa estabelecem a constituição de instâncias de deliberação (o Conselho de Administração) e fiscalização (o Conselho Fiscal) da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com participação dos segurados nesse processo. Assim, o Conselho Fiscal (CF) constituiu-se como um colegiado com perfil técnico que atua após a ocorrência do evento, o que o caracteriza como uma instância de controle interno, com capacidade de agir com maior celeridade para identificar e informar sobre eventuais problemas. O foco do nosso trabalho são os aspectos da gestão da autarquia, envolvendo as questões administrativas, financeiras e fatos relevantes que possam influir na sustentabilidade do RPPS. Para isso, na atual gestão, o Conselho adotou uma metodologia que envolve o acompanhamento periódico das receitas, despesas e balancetes, além da análise dos relatórios de resultados da gestão do RPPS, incluindo as demonstrações contábeis, os investimentos e a avaliação atuarial do plano capitalizado, trabalho que é desenvolvido de forma coletiva pelos membros do Conselho com interlocução tanto com a direção da autarquia quanto com o Conselho de Administração (CAD). Guardados os limites típicos da atuação de instâncias colegiadas, o CF é um importante instrumento de proteção dos interesses dos segurados do Previmpa.

AÇÕES MAIS RELEVANTES

A fiscalização da gestão da autarquia envolve a realização de um conjunto de atividades técnicas de acompanhamento e verificação, garantindo a comunicação de achados à direção e ao CAD. Também é importante referir

que esta gestão deu continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo CF desde 2016, em relação à análise da avaliação atuarial do plano capitalizado, no qual foram levantadas várias questões em relação às premissas utilizadas, às alíquotas aplicadas (no caso de 2018, especialmente, não foi considerada a majoração da alíquota de contribuição dos servidores de 11% para 14%), dentre outras – e recentemente o CAD aprovou medidas para a identificação dessas questões.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO

Há medidas simples que podem contribuir para o funcionamento do CF. Primeiramente, é preciso criar instrumentos para a capacitação dos conselheiros em matérias específicas da previdência social, que não estão presentes no cotidiano da maioria dos servidores municipais. Nesse sentido, o CF apresentou à direção da autarquia uma proposta para formação inicial dos novos conselheiros, a ser implementada no início da nova gestão, que deverá ser empossada em janeiro próximo. Além disso é importante que se mantenha e estreite cada vez mais a interação entres os Conselhos, garantindo sinergia entre a identificação de possíveis deficiências e a adoção das providências necessárias. Duas outras questões também serão extremamente importantes em 2020: o acompanhamento da adequação da gestão à Portaria nº 464/2018 do Ministério da Fazenda, que estabeleceu normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPSs, e a repercussão da instituição do regime de previdência complementar no âmbito do município de Porto Alegre, o que poderá demandar adequações das projeções do plano capitalizado.

Por fim, um desafio mais geral a ser enfrentado pelo conjunto das instâncias está relacionado à disseminação das informações sobre a previdência e à sua apropriação pelos servidores municipais. No último período, os atuais gestores municipais evidenciaram apenas a condição referente aos servidores do plano de repartição simples, que reflete o resultado de um tempo anterior à definição da previdência do setor público, no qual o Executivo não fez reserva para o pagamento das aposentadorias dos servidores e, portanto, os recursos foram investidos na cidade. Foi subestimado que, ao longo de quase duas décadas, se construiu o plano capitalizado do Previmpa, que tem um resultado financeiro extremamente positivo e a situação atuarial equacionada no tempo, com muita sustentabilidade. Assim, é importante que o discurso de déficit adotado pelos gestores municipais seja devidamente qualificado pelos servidores, com base na real situação da previdência do município.

Jonas Bravo



Márcia Quadrado, presidente do Conselho Fiscal do Previmpa



PROMOVE

PAINEL

O SERVIDOR PÚBLICO E A NOVA PREVIDÊNCIA

Painelistas:

Alex Fraga

Vereador

Amauri Perusso

Presidente da FENASTC

Edmilson Todeschini

Presidente do Cons. de Administração do Previmpa

Pepe Vargas

Deputado Estadual

Sofia Cavedon

Deputada Estadual

Moderador:

Juremir Machado

Jornalista, professor universitário e escritor

CÂMARA MUNICIPAL - 28 DE AGOSTO DE 2019 - 18h30min

Inscrições gratuitas no evento ou pelo email atendimento@astecpmpa.com.br

Novos sócios

FICHA DE FILIAÇÃO



Associação dos **Técnicos** de Nível Superior do Município de Porto Alegre
www.astecmpa.com.br • Telefone: (51) 3217.2921

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de nasc.: ____ / ____ / ____ Sexo: () Feminino () Masculino

Estado Civil: _____ Matrícula: _____

Vínculo: _____ Cargo: _____

Setor: _____ Órgão: _____

End. Profissional: _____

CEP: _____ Fone profissional: () _____

Cidade: _____

End. residencial: _____

CEP: _____ Fone residencial: () _____

Cidade: _____

E-mail: _____

Celular: () _____

Autorizo o débito automático por Desconto em Folha de Pagamento Mensal, da contribuição social para a ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, no valor correspondente a 1% sobre o vencimento básico.

Assinatura _____

Data ____ / ____ / ____

Nome	Secretaria
Arq. Alexandra Alves Sabadin	SMED
Enf. Alexia Carla Wachholz Dossia	SMS
Proc. Ana Luísa Soares de Carvalho	PGM Aposentada
Proc. André Santos Chaves	PGM
Arq. Carla Zambiasi	SMDE
Proc. Cláudio Hiran Alves Duarte	PGM
Prof. Cleuza Maria Moreira Couto	SMED Aposentada
T.O. Danielle Cerqueira Stein	SMS
Ass. Soc. Denise Zulmira Beuren	SMS
Arq. Denise Calvet Pinto	SMAMS
Enf. Denise de Fátima Girardi	SMS
Sociól. Denise de Menezes Ferreira	DEM HAB
Eng. Civil Eraldo Luiz Perin	DMAE Aposentado
Enf. Fátima Ali	SMS
Arq. Urb. Gláucia S. C. de Oliveira	SMS
Bibl. Gonçalves Vieira Bueno	SMS
Prof. Guiomar Raupp Monteiro	SMED
Enf. Jana Silveira da Costa Ferrer	SMS
Proc. José Francisco Teixeira Pinto	PGM
Arq. Juliana Barcelos Magalhães	SMDE
Prof. Lair Raupp Monteiro Júnior	SMED
Nutr. Letícia Barreto Grasel	SMS
Méd. Vet. Luiz Gilberto G. S. Daiello	SMS
Ass. Soc. Manoela Alves Rodrigues	SMPG
Proc. Marcelo Dias Ferreira	PGM
Psic. Márcia Braga Knak	SMDH
Biól. Maria Elaine Esmério	SMS
Enf. Maria de Fátima Pinho de Bem	SMS Aposentada
Prof. Marilena Ruschel da Cunha	SMED
Fisioter. Marlene Superti	SMS
Proc. Mauro de Almeida Canabarro	PGM
Enf. Nilton Vieira do Amaral	SMS Aposentada
Enf. Raquel Carboneiro dos Santos	SMS
Biól. Regina Maris Rosado Murilo	SMS
Méd. Vet. Roger Halla	SMS
Psic. Rosângela T. S. Lizardo	SMS Aposentada
Assist. Soc. Simoni Maria Bampi	SMIM
Enf. Sônia Regina Coradini	SMS



I\$S\$
É DA \$UA
CONTA!

FILIAÇÃO E RECADASTRAMENTO ON-LINE

Se o prefeito Marchezan quer acabar com o Simpa, vamos mostrar nossa garra e manter o Sindicato forte e atuante em defesa da categoria municipal.
ACESSE O SITE E FAÇA SUA FILIAÇÃO.
Se já é filiado, use o formulário de **RECADASTRAMENTO**, atualizando suas informações.

CAMPANHA SALARIAL 2019

12,61%
DE REPOSIÇÃO
DA INFLAÇÃO.



51 98177-5778



www.simpa.org.br



simpadebitoemconta@simpa.org.br

ACESSE O SITE



PLCE nº 02/2019 é pauta de intensa mobilização da Astec

O Projeto de Lei Complementar nº 02/2019 (PLCE), que destrói a carreira dos servidores públicos municipais, foi apresentado pelo prefeito Nelson Marchezan ao Legislativo, em 14 de fevereiro, para ser votado em regime de urgência



Entidades de servidores municipais e vereadores promovem café da manhã, na Câmara Municipal, para preservar diálogo – 13 de fevereiro



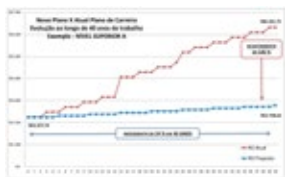
Presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum, solicita à presidente da Câmara Municipal, Monica Leal, a retirada do regime de urgência e intervenção do Parlamento em defesa do Plano de Carreira – 19 de fevereiro



Entidades de municípios alertam líderes de partidos sobre riscos do PLCE nº 02/2019 – 20 de fevereiro



Astec, Acespa e técnicos associados analisam PLCE nº 02/2019 e traçam estratégias para evitar aprovação do projeto – 20 de fevereiro



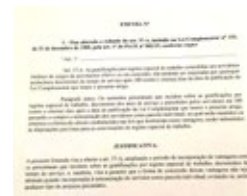
Estudo mostra achatamento salarial causado pelo PL nº 02/2019 para técnicos NS – 22 de fevereiro



Astec se reúne com vereadores da base aliada do governo para esclarecer impactos do Projeto de Lei nº 02/2019 na carreira dos servidores – em 25 de fevereiro



Economista Paulo Müzell ministra palestra “Se tem dinheiro, por que Marchezan ataca o funcionalismo?” – 25 de fevereiro



Associações de servidores apresentam Proposta de Emenda ao PLCE nº 02/2019, referente à incorporação de gratificações por regime especial de trabalho, decorrentes de tempo de serviço – 27 de fevereiro



Astec mobilizada com entidades na Câmara Municipal assegura liminar pedida pelo Simpa: PLCE nº 02/2019 não será votado sem discussão em audiência pública – 27 de fevereiro



Associações se reúnem com bancada do MDB, para esclarecer os impactos do PLCE nº 02/2019 sobre os serviços públicos e as carreiras dos servidores da Prefeitura – 27 de fevereiro



Zero Hora publica o artigo “Não aniquilem com o servidor”, do presidente da Astec, eng. civil Sérgio Brum – 27 de fevereiro



Associações participam de reuniões com vereadores do PT, PSol, PSB e PDT, sobre PLCE nº 02/2019 – 28 de fevereiro



Eng. civil Sérgio Brum entrega carta ao vereador Mauro Zacher, sobre as perdas causadas pelo PLCE nº 02/2019 à carreira dos servidores, caso o projeto fosse aprovado – 28 de fevereiro



Astec protocola pedido de realocação da audiência pública do PL nº 02/2019 – 18 de março



Crea-RS apoia a luta contra a aprovação do PLCE nº 02/2019 – 20 de março



Audiência pública esclarece os prejuízos causados pelo PLCE nº 02/2019 ao serviço público e aos servidores da Capital – 21 de março

24 vereadores aprovaram, na madrugada de 26 de março, PLCE nº 02/2019, que destrói a carreira dos servidores e o serviço público: Cláudio Conceição (DEM), Nelcir Tessaro (DEM), Reginaldo Pujol (DEM), André Carús (MDB), Idenir Cecchim (MDB), Lourdes Sprenger (MDB), Mendes Ribeiro (MDB), Valter Nagelstein (MDB), Felipe Camozzato (NOVO), Cassiá Carpes (PP), João Carlos Nedel (PP), Mônica Leal (PP), Ricardo Gomes (PP), Alvoni Medina (PRB), José Freitas (PRB), Professor Wambert (PROS), Hamilton Sossmeier (PSC), Moisés Barboza (PSDB), Cássio Trogildo (PTB), Comissário Rafão Oliveira (PTB), Luciano Marcantonio (PTB), Paulo Brum (PTB), Mauro Pinheiro (REDE) e Cláudio Janta (SD)

Astec denuncia prefeito Nelson Marchezan Júnior por crime de responsabilidade

A Astec denunciou o prefeito Nelson Marchezan Júnior por crime de responsabilidade, em 24 de julho. Em reunião com o procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (MPC), Geraldo da Camino, o presidente da entidade, eng. civil Sérgio Brum, entregou petição que formaliza a denúncia, pede a apuração dos fatos e providências cabíveis quanto a infrações político-administrativas consideradas graves pela Astec: o aumento de capital da empresa Carris sem autorização legislativa, o parcelamento dos vencimentos dos servidores e o contrato de empréstimos bancários destinados ao pagamento dos salários quando havia recursos em caixa para esse fim. Até o fechamento da presente edição, a denúncia, redigida pelo escritório Direito Social, segue em análise por parte do Ministério Público de Contas.



Geraldo da Camino, procurador-geral do MPC-RS, e Sérgio Brum, presidente da Astec

Astec vence ação judicial para correção de salários parcelados e atrasados

Em fevereiro, a Astec ingressou com ação judicial, encaminhada por meio do escritório Direito Social, visando buscar para seus associados, a reposição das perdas decorrentes dos parcelamentos e atrasos dos salários de 2017 e 2018. A entidade foi vitoriosa e, por decisão do Tribunal de Justiça-RS de 11 de maio, a Prefeitura foi obrigada a pagar juros correspondentes aos períodos de atraso no pagamento integral dos vencimentos dos técnicos.

A Astec irá ingressar, na segunda semana de fevereiro, com ação judicial que busca a correção dos valores dos salários pagos com parcelamento e atraso, nos anos de 2017 e 2018. A ação requer o pagamento dessa correção com a mesma alíquota aplicada à gratificação natalina de 2017 e 2018, o que, em caso de sucesso, proporcionará pagamentos de correções que variam de R\$ 400,00 para remunerações de R\$ 6.000 mensais, até cerca de R\$ 1200,00 para remunerações na faixa de R\$ 11.000 ao mês – valores que ainda serão corrigidos até a data efetiva do pagamento aos servidores. É importante salientar que essa ação beneficiará somente os associados da Astec. Informe seus colegas que ainda não são associados da Astec, para que, até 8 de fevereiro, também possam se associar e ser beneficiados pela ação. Maiores informações podem ser obtidas no nosso site.

Conselho Deliberativo



Conselho Deliberativo Gestão 2019-2020: enf. Patricia Couto Wiederkehr (apos.); eng. civil Augusto Renato Ribeiro Damiani (SMIM); téc. com. Soc. Cristine Rochol (SMS/vice-presidente); eng. civil Adinaldo Soares de Fraga (apos.); arq. Maria Erni Coutinho Marques (SMPG); e téc. com. soc. Adroaldo Bauer Spindola Córrea (apos./presidente)

Tendo entre suas principais pautas a realização de eleições suplementares nos núcleos ainda sem representantes, o Conselho Deliberativo da Astec Gestão 2019-2020 foi instaurado em 10 de abril, durante sua primeira reunião, realizada, na sede da entidade, em conjunto com representantes da Diretoria Executiva. Como dirigentes do CD, foram aclamados os téc. com. soc. Adroaldo Bauer Corrêa, reconduzido à presidência do conselho, e Cristine Rochol, como vice-presidente.

Astec encaminha sugestões ao governo para recomposição das finanças municipais

Fruto de um estudo desenvolvido pelos técnicos NS, a Astec elaborou o documento “Como recompor as finanças do município sem destruir a carreira dos servidores?” As sugestões para regenerar o erário porto-alegrense em conformidade com a lei e sem prejuízo aos funcionários forma encaminhadas ao prefeito Nelson Marchezan Júnior que, mais uma vez, não levou em consideração a palavra dos técnicos. Confira a íntegra das sugestões no link <http://astecmpa.com.br/12192>

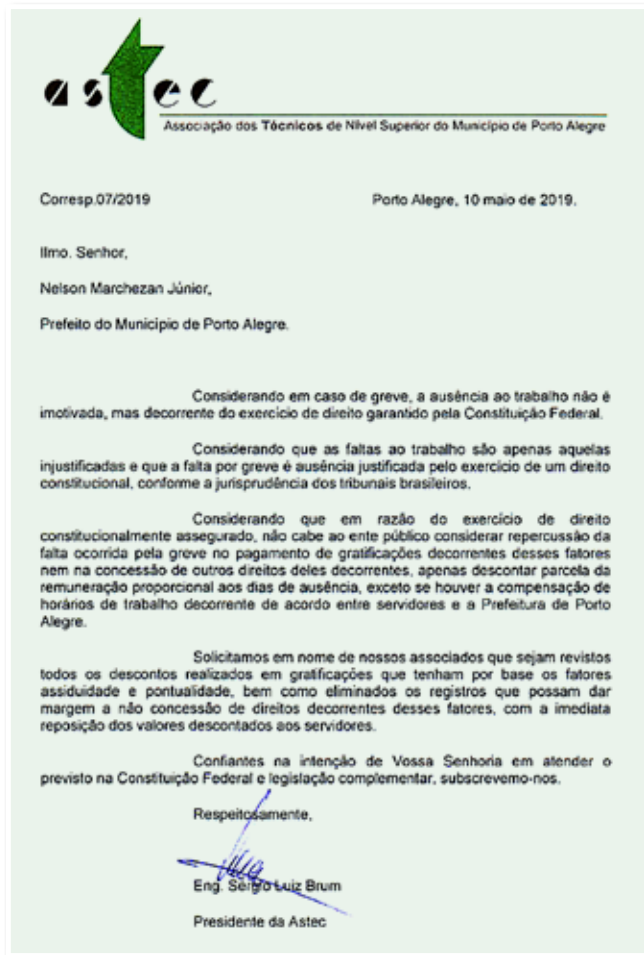
Astec orienta associados sobre ações de danos morais

Na noite de 25 de abril, na sede da Astec, o representante do escritório Direito Social esteve reunido com associados da entidade interessados em tentar obter ressarcimento dos prejuízos decorrentes dos parcelamentos e atrasos nos pagamentos dos salários. O advogado Lucas Abal Dias orientou os técnicos sobre como proceder para pleitear a indenização, pela via judicial.



Advogado Lucas Abal Dias, do escritório Direito Social, e técnicos NS associados à Astec

Astec protocola carta ao prefeito pedindo devolução descontos da greve



A Astec protocolou, em 10 de maio, carta ao prefeito, solicitando a revisão e devolução aos seus associados dos descontos efetuados em função da última greve. A Associação argumenta que, em caso de greve, a ausência ao trabalho tem razão de ser e decorre do exercício de direito constitucional.

Você é convidado da Astec para o Minuto Técnico

Divulgar o trabalho desenvolvido pelos técnicos de nível superior ajuda a valorizar a profissão. Participe do Minuto Técnico. Confira em <http://bit.ly/2NpX8wT>



Astec mobilizada na data-base

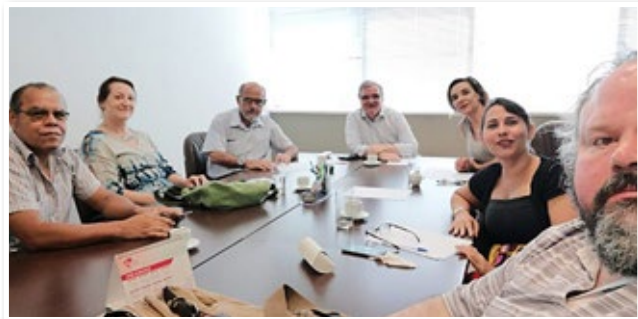
O cotidiano da Astec é de luta permanente em defesa dos direitos dos associados, mas, em período de data-base, as atividades se intensificam. A Pauta Unificada de Reivindicações, construída

pelos municipais, é um importante instrumento de comunicação da categoria com a sociedade e para buscar a negociação com o governo. Confira em <http://astecpmpa.com.br/12517>

Ruvana De Carli/CarliCom



Adroaldo Corrêa, presidente do Conselho Deliberativo da Astec, em assembleia geral de 16 de maio



APMPA, Acespa, Simpa, Sindicâmaras, Simers e Centro de Estudos do HPS discutem estratégias para assegurar direitos, em 21 de janeiro

Astec vacina gratuitamente mais de 250 pessoas contra a gripe

Mais de 250 associados e seus familiares foram vacinados gratuitamente contra a gripe (H1N1, H3N2 e B), em duas ocasiões: em 30 de maio, na sede da entidade, e em 4 de junho, na SMAMS. As enfermeiras Maristela Fiorini, Patrícia do Couto Wiederkehr e Lurdes Tura, que foram voluntárias na atividade.



Sérgio Louruz

Enfermeiras voluntárias trabalharam na campanha de imunização, promovida pela Astec

Astec apresenta proposta de emenda à Reforma da Previdência

Ruvana De Carli/CarliCom



Daisson Portanova, advogado; Sérgio Brum, presidente, e Carlos Bernd, diretor Financeiro da Astec; Paulo Paim, senador; José Francisco Teixeira Pinto, procurador municipal associado à Astec; Alberto Terres, diretor do Simpa

A Astec apresentou proposta de emenda à Reforma da Previdência do governo federal, que tramita no Congresso Nacional, para reintroduzir a transição para aposentadoria dos servidores públicos que já completaram 35 anos de contribuição. A proposta reedita o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, que, caso seja aprovado, permitirá aos funcionários públicos se aposentarem com um ano a mais de contribuição e com um ano a menos de idade. Documento nesse sentido foi entregue, em 31 de julho, ao senador Paulo Paim, na sede do Simpa.

Valorização profissional: Astec prestigia posse da nova diretoria da Acespa

O presidente da Astec, eng. Sérgio Brum, prestigiou, em 5 de fevereiro, a solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Administradores, Atuários, Contadores, Economistas e Estatísticos do Serviço Público Municipal de Porto Alegre (Acespa), realizada na sede do CRA-RS. Passam a dirigir a entidade, no biênio 2019-2021: adm. Rita de Cássia Reda Eloy (presidente); atu. Dalvin José Gabriel de Souza (1º vice-presidente); adm. Eros Miguel Sadowoy Martins (2º vice-presidente); adm. Adriana Nunes Paltian (tesoureira); e econ. Gilda Beltrão Costa (secretária).



Presidentes da Acespa, adm. Rita de Cássia Reda Eloy, e da Astec, eng. civil Sérgio Brum

Ruvana De Carli/CarliCom

Edmilson Todeschini é reconduzido à presidência do Conselho de Administração do Previmpa que rejeita nomeação de apadrinhado político

Ruvana De Carli/CarliCom



Edmilson Todeschini, da PGM, presidente (d); Rogério Colpes (vice-presidente) e Lucimar de Souza (secretária)

Fruto do trabalho realizado em 2018, Edmilson Todeschini é reconduzido à presidência do Conselho de Administração do Previmpa, em 22 de janeiro, formando chapa com Rogério Colpes, na vice-presidência, e Lucimar de Souza, na secretaria. Foram 11 votos favoráveis contra oito para a chapa Todeschini, Colpes e Flávia Pereira da Silva, e uma abstenção. Destaque para atuação do colegiado que, na reunião de 12 de março, rejeitou, por ampla maioria, a indicação política, no Dopa de 8/3, para exercer cargo em comissão de secretário-executivo do CAD, exonerando servidor do quadro que vinha, com isenção e competência, exercendo a função. Leia mais em <http://astecmpa.com.br/12044>

Contas 2018 são aprovadas por unanimidade

Conduzida pelo presidente, eng. civil Sérgio Brum, com a participação da assessora contábil Rosilene Condotta Ferraz, a assembleia geral ordinária, realizada em 10 de julho, aprovou por unanimidade a prestação de contas 2018 da Astec. Reunidos na sede da entidade, os associados presentes analisaram os números apresentados pelos representantes da Gestão 2017-2018, bem como o parecer do Conselho Fiscal, que recomendou a aprovação.



Associados aprovaram contas 2018 por unanimidade, após análise dos números

Ruvana De Carli/CarliCom

Astec inaugura galeria de presidentes

Na noite de 18 de julho, a Astec inaugurou a Galeria de Presidentes, na sede da entidade. O painel com fotos dos oito dirigentes, em suas 12 gestões, desde a fundação, em 1994, foi descerrado pelo atual presidente, eng. civil Sérgio Brum, em cerimônia que contou com as presenças dos seus antecessores: cont. João Paulo Galvez Machado (1996-2000); adm. Adalberto Pio de Almeida (2003-2004); adm. Eros Sadowoy Martins (2005-2006); méd. Júlio Cesar Portanova da Rocha (2007-2008); adm. Margareta Baumgarten (2009-2010); eng. civil Paulo Demingos (2011-2012); biól. Isabel Cristina Junqueira (2013-2014 e 2015-2016); e eng. civil Sérgio Luiz Brum (2017-2018 e 2019-2020). O primeiro presidente da Astec, eng. agr. e arq. Luiz Fernando Rigotti (1994-1995 e 2001-2002), não compareceu à solenidade, por motivo pessoal.



Ruvana De Carli/CarliCom

O painel da galeria dos presidentes foi inaugurado na sala de reuniões da Astec

Conselheiro da Astec aponta soluções para a falta de água

Giulia Secco/CMPA



Ao microfone, o eng. civil Adinaldo Soares de Fraga

O conselheiro da Astec, eng. civil aposentado do DMAE, Adinaldo Soares de Fraga, participou como convidado da reunião de 12 de março, da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (Cuthab), da Câmara Municipal, e apontou soluções possíveis para a falta de água em Porto Alegre. Concluir as obras de interligação com o sistema Menino Deus, setorizar o abastecimento da área da Quinta do Portal e Vila Mapa, trabalhar a redução de perdas de água e conclusão das substituições de redes antigas na Restinga são medidas importantes, indicadas pelo engenheiro.

Sélvio Zago, diretor-geral do Legislativo, é servidor de carreira

Servidor de carreira do município de Porto Alegre há 24 anos, o auditor de controle interno da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Sélvio Zago foi empossado, em janeiro, pela presidente da Câmara Municipal, Mônica Leal, como diretor-geral da Casa. Graduado em Ciências Contábeis e mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Zago afirmou, em entrevista à Revista da Astec, que planeja ampliar as ferramentas de gestão e transparência, por meio da organização da informação, em especial, qualificando o site da Câmara.



Anna De Carli/CarliCom

Sélvio Zago, diretor-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre

Ação Social: Projeto Tampinha Legal

Ruvana De Carli/CarliCom



Bibl. Carmem Lapolli von Hoonholtz, diretora Cultural da Astec, e a assistente administrativa do Educandário São João Batista, Eugênia Goytacaz

Mais uma vez, o Núcleo Astec – SMIM foi o grande campeão, encaminhando para a reciclagem mais de 50 quilos de tampinhas plásticas e, de quebra, beneficiando entidades que necessitam de recursos para seus projetos sociais: em fevereiro, 8,6 quilos para o Asilo Padre Cacique;



Simoni Bampi (assistente Social SMIM), Fábio Lazzarotto (Pedal da Inclusão) e Luciana Buratto (estagiária de Serviço Social SMIM)

março, 16 quilos para o Pedal da inclusão; abril, 16 quilos de tampinhas plásticas e 322 gramas de canudinhos para o Núcleo IV da Acompar. A Astec também entregou outros 12 quilos de tampinhas ao Educandário São João Batista, em 29 de maio.

Dia Internacional da Mulher: sororidade e descontração

No 8 de março deste ano, as associadas da Astec ganharam homenagem especial. No almoço realizado no Clube do Comércio, por alguns momentos, o contexto de 26 meses de salários congelados, divulgação de números que constroem um déficit falacioso pelo governo municipal e toda sorte de ataques à carreira do funcionalismo deram lugar à descontração do reencontro de colegas e amigos, ao exercício da sororidade e ao Parabéns a Você, em homenagem às aniversariantes do dia, Rita Becco, e do dia seguinte, Fabiana Espírito Santo. A ocasião também foi marcada pela distribuição de rosas às mulheres e sorteio de singelos mimos.



"Parabéns a você!"

Fotos Ruvana De Carli/CarliCom



Momentos de confraternização



Homenagem às mulheres

7º Almoço dos Aposentados: Muita confraternização



Fotos Ruvana De Carli/CarliCom

Momento de confraternização

Um dos momentos mais esperados do ano pelos associados, o 7º Almoço dos Aposentados da Astec, realizado em 7 de junho, no Restaurante Forno & Fogão, foi uma ótima oportunidade para botar o papo em dia, saborear um cardápio com opções variadas, degustar um bufê de sobremesas muito especiais e, mais do que isso, trocar abraços carregados da satisfação de reencontrar os colegas que fazem parte da nossa história de vida. Momento especial do evento, foi o sorteio de uma viagem para duas pessoas, nos dias 29 e 30 de junho, para o “Filó em Vila Flores/Veranópolis e termas, na Pousada dos Capuchinhos”, em parceria com o conveniado da Astec, Cláudio Roberto Turismo e Viajando com Tânia. A ganhadora foi a professora Cleuza Couto, aposentada da SMED, que, a seguir, mostra um pouco do passeio, realizado em 29 e 30 de junho, em companhia da filha, enf. Patrícia Couto Wiederkehr, conselheira da Astec.

“Na promoção do 7º Almoço dos Aposentados, fui contemplada com uma viagem para Veranópolis/Nova Prata/Vila Flores, com acompanhante, oferecida pelos conveniados da Astec, guia de turismo Cláudio Roberto, em parceria com a Viajando com a Tânia. Viajei com a minha filha Patrícia e com um grupo muito especial. Agradeço a linda viagem que nos foi proporcionada. Na pousada dos Capuchinhos, em Vila Flores, tivemos momentos de paz e harmonia com piscinas de águas termais, gastronomia excelente e conforto nos lindos espaços do hotel. Nosso roteiro também incluiu visita nas igrejas da região e no Capitel do Divino Pai Eterno, em Vila Flores – momentos de espiritualidade que nos enriqueceram. A história da região foi contada em cada local visitado. No sábado à noite, no Filó de Vila Flores, vivenciamos a cultura e a saga do imigrante italiano – música, canto, brincadeiras, bom vinho e mesa farta. Muita alegria e oração. Nosso grupo de viagem viveu uma inesquecível experiência. No domingo, o almoço foi no Mascaron Restaurante, único giratório do Brasil. Após, visita na Vinícola Simonetto, onde conhecemos a propriedade familiar e fizemos a degustação dos produtos produzidos. Espero ter a sorte de ser contemplada novamente. Muito obrigado, Astec, Cláudio Roberto e Viajando com Tânia!”



Companheiros de viagem



Paisagens de tirar o fôlego



Cleuza e a filha Patrícia

Fotos arquivo pessoal

Sou voluntário

A Astec está lançando a nova seção “Sou Voluntário”, com o objetivo de valorizar as ações sociais desenvolvidas pelos associados. Conheça nosso primeiro convidado.

“Meu nome é Leandro Nunes. Trabalho na Prefeitura há 10 anos, no cargo de administrador. Atualmente, atuo no setor de monitoramento de resultados, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG). Também sou voluntário em duas associações: Associação Gaúcha de Distrofia Muscular (Agadim) e Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências, no RS (Asasepode), ambas voltadas às pessoas com deficiência.

Na Agadim, faço parte da Diretoria, no cargo de tesoureiro. Fundada por mães de pacientes e, atualmente, gerida por nós, nossa associação é um grupo voltado às necessidades das pessoas com distrofia, familiares, cuidadores, profissionais e interessados na causa. Nossas principais atividades são a participação nos conselhos de direito e defesa dos direitos. Integramos a Aliança Distrofia Brasil; coordenamos a Comissão de Doenças Raras e Graves do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre (Comdepa), no qual organizamos palestras e cursos sobre nossa temática.

Na Asasepode, trabalho com a bocha paraolímpica, esporte voltado principalmente para pessoas com paralisia cerebral e outras deficiências – antes, como atleta; agora, ajudando na organização. Nós participamos de campeonatos representando nosso Estado. No ano passado, conseguimos classificar um atleta para o campeonato brasileiro, o que foi muito importante para o objetivo da associação – a reinserção social por meio do lazer e de esportes praticados por pessoas com deficiência. Nossas principais atividades são esgrima em cadeira de rodas, bocha em cadeira de rodas, bocha paraolímpica, tiro esportivo, pintura em tela e tecido e o brechó da solidariedade.

As duas entidades contribuem de maneira decisiva para a qualidade de vida das pessoas com deficiência, recuperando a autoestima, desenvolvendo e valorizando as capacidades daqueles que participam das atividades. Ambas sobrevivem por meio do voluntariado e das doações. Por isso, toda ajuda é bem-vinda e todos os colegas munícipários estão convidados a conhecê-las no Facebook e no site.”

www.facebook.com/agadimrs
www.asasepode.org.br



Equipe Asasepode Regional Sul – Bocha
 Julho de 2014
 Itajaí/SC

1ª Jornada Gaúcha de Distrofia Muscular
 Novembro de 2016
 Canoas/RS
 Organização Agadim



Campeonato Brasileiro de Bocha
 Outubro de 2013
 Maringá/PR



Campeonato de Canastra em Dupla – Asasepode
 O vice-presidente da Asasepode, José Carlos Gomes Soares, ao centro, com Leandro e sua dupla, Edson Gonçalves Nunes



Confraternização de aniversário – Asasepode
 Abril de 2019



Leandro com a mãe, Luci Cardoso da Silva Nunes

A arte abre seu espaço



Descobri que tenho colegas artistas, um que é escritor e até outros que se escondem. Então, eu vejo que tem espaço para artistas, na PGM

A incursão pela pintura e pela aquarela iniciou em 2012, quando a bibliotecária da Procuradoria-Geral do Município (PGM), Liziane Ungaretti Minuzzo, ingressou na Faculdade de Artes Visuais da UFRGS. Era o tempo de se reaproximar do desenho, uma atividade da adolescência, que agora resultava no envolvimento com a pintura e a aquarela.

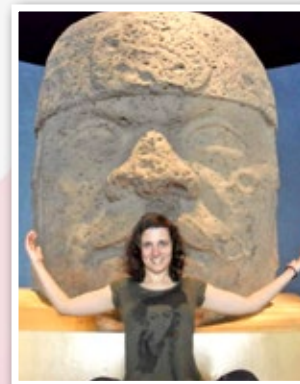
“Todo o estudo de aquarela foi feito com conceitos desenvolvidos na universidade. A professora nos estimulava a buscar essa nossa arte bem própria e não a imitação de modelos. A ideia era buscar e associar diferentes referências, formando um trabalho próprio”, explica Liziane.

Embora esse hobby de resultados tão delicados e, ao mesmo tempo, fortes, não tenha ligação com o trabalho cotidiano na PGM, a bibliotecária, que até 2015 trabalhou no DMAE, acredita que a Procuradoria tenha espaço para a arte. “Descobri que tenho colegas artistas, um que é escritor e até outros que se escondem. Então, eu vejo que tem espaço para artistas, que gostam disso lá e eu tenho até um quadro meu na biblioteca da PGM”, conta ela, com muita satisfação.

Liziane trabalha com pintura e aquarela, com preferência por esta última, e explica porquê: “Eu gosto mais de aquarela por causa das linhas. Eu posso trabalhar com linhas e com as cores, eu acho que mais criativo e também mais detalhista, além do quê, eu posso trabalhar em diferentes tamanhos, especialmente, os pequenos, como o A4, enquanto a pintura exige um trabalho maior – e eu não tenho muito espaço, então me identifiquei com uma técnica que fez seu espaço na minha vida, na minha casa, entre o trabalho e o cuidado com os filhos pequenos.”



A professora nos estimulava a buscar essa nossa arte bem própria e não a imitação de modelos



Arquivo pessoal

Liziane Ungaretti Minuzzo

Variar o cardápio com saúde: ora-pro-nóbis

Tipo Comum – Flores Brancas com miolo alaranjado (*Pereskia aculeata*)

Fontes: Sites Wikipédia e Matos de Comer

A ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*) é uma planta trepadeira da família das cactáceas considerada Planta Alimentícia Não Convencional (Panc) – comumente utilizada pela culinária regional mineira e encontrada facilmente no Brasil. As partes mais utilizadas para consumo são as folhas, apreciadas em refogados, sopas, bolinhos, pães e omeletes. O povo mineiro conta que o seu nome popular “ora-pro-nóbis” deriva de um tempo em que era colhida no quintal de um padre enquanto este rezava sua missa (em latim). O significado é “rogai por nós”.

É uma planta com alto teor de proteína (aproximadamente 25% de sua composição) e de vitamina C (supera a laranja em quatro vezes) sendo também rica em fibras. Existem outros tipos como a *Pereskia bleo*, com flores laranjas, e a *Pereskia grandifolia*, com flores rosas, folhas e espinhos maiores, mas a mais indicada para culinária é a *Pereskia aculeata*.

Composição nutricional da Ora-pro-nóbis

COMPOSIÇÃO QUÍMICA EM 100 GRAMAS DE FOLHAS	
Energia	26 kcal
Proteína	2,00 g
Lipídios	0,40 g
Carboidratos	5,00 g
Fibras	0,90 g
Cálcio	79,00 mg
Fósforo	32,00 mg
Ferro	3,60 mg
Retinol	250,000 mcg
Vitamina B1	0,02 mg
Vitamina B2	0,10 mg
Niacina	0,50 mg
Vitamina C	23,00 mg

CULTIVAR ORA-PRO-NÓBIS

Fazer uma muda é bem fácil. Um único galho colocado uns poucos dias na água, para que a raiz se desenvolva, e a ora-pro-nóbis estará pronta para ser colocada na terra e se transformar numa planta nova. Quanto mais se poda, mais ela solta brotos.

Cuidar da ora-pro-nóbis também não exige muito esforço. Como é um cacto não precisa de muita água, regar uma vez por semana já é adequado. Também não necessita muito sol direto – 3 horas diárias são suficientes, o que a torna uma planta amigável pra se ter em apartamento. A ora-pro-nóbis também não é tóxica para gatos ou cachorros. Ela cresce realmente como um mato, sem quase nenhum cuidado.



Receita de pão de ora-pro-nóbis com castanha-do-pará e quinua

INGREDIENTES

- ✓ 3 tabletes de fermento para pão
- ✓ ½ copo de água morna
- ✓ ½ copo de água fria
- ✓ 2 colheres de sopa de manteiga
- ✓ 2 ovos
- ✓ 1 xícara de açúcar
- ✓ 1 colher de sobremesa de sal
- ✓ 4 xícaras de farinha de trigo (aproximadamente)
- ✓ 100 gramas de folhas de ora-pro-nóbis
- ✓ 100 gramas de quinua
- ✓ 150 gramas de castanha-do-pará trituradas

MODO DE FAZER

Dissolver o fermento com o açúcar em ½ copo de água morna e aguardar a fermentação iniciar. Em um recipiente maior (tipo uma bacia) coloque 4 xícaras de farinha e junte o fermento preparado, os ovos, a manteiga, o sal, a quinua e as castanhas trituradas. À parte bata as folhas de ora-pro-nóbis com a água fria no liquidificador ou processador e adicione à mistura.

Prepare o pão com as mãos e vá adicionando mais farinha até que a mistura desgrude das mãos. Cubra com um pano de prato e deixe descansar em local quente até que a mistura dobre de volume.

Sove um pouco mais a massa e divida em duas ou três partes, conforme a forma e o tamanho de pães que desejar e deixe descansar novamente por uns 30 min.

Pincele com uma gema de ovo a parte superior dos pães e asse em forno pré-aquecido até dourar.



MÁRCIA CARCUCHINSKI

✉ maciacarcucha@hotmail.com

Administradora/SMPEO – CRA-RS 020747.



CONFIRA OS BENEFÍCIOS PARA ASSOCIADOS DA ASTEC



ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL

(51) 3217.2921

Isenção da taxa e adesão de R\$ 3.811,00 e uso das dependências, via contrato.



ASSESSORIA JURÍDICA MÁRCIO PAIXÃO & ADRIANO BELTRÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS

(51) 3013.5855

Âmbito consultivo e contencioso com a primeira consulta gratuita.



BRASAS IDIOMAS

(51) 3028.1616

20% desconto sobre o valor total das mensalidades para turmas regulares.



CABURÉ SEGUROS

(51) 2111.5300

Consulte a seguradora para maiores informações.



CENTRO CLÍNICO GAÚCHO

(51) 3217.2921

Planos empresariais com mensalidades diferenciadas.



CIA DOS ÓCULOS

(51) 3024.0852 / 3019.0852 / 3062.0852

15% desconto em pagamentos à vista e 10% em pagamentos a prazo, em até 10x.



CONDOTTA ASSESSORIA EMPRESARIAL & ADM. DE CONDOMÍNIOS

(51) 3241.0004

Descontos especiais.



EDUCON - CENTRO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA PUCRS

(51) 3320.3727

Valores diferenciados nos cursos de MBA, Especialização e Extensão.



ESTÁCIO/FARGS

(51) 3214.1111 / 3341.2512

Bolsas para graduação, pós *lato sensu* e ensino a distância.



EVOLUTION - INSTITUTO DO ESPORTE E SAÚDE

(51) 2103.4630

30% de desconto em fisioterapia e 25% na academia.



FISIOLIFE

(51) 3312.2638

Fisioterapia traumatológica-ortopédica e reumatologia com 25% de desconto para avaliação e sessão.



PSICÓLOGA JANAÍNA PINTO GOULART

(51) 992.565.034

Desconto de 40% na avaliação e orientação vocacional e de 50% no atendimento de psicoterapia.



JULIANA CENTERCLIN

(51) 3013.6339

Massoterapia, fisioterapia, pilates e ofurô. Consulte tabela de valores.



PSICÓLOGA JÚLIA CASTILHOS FLORES CRUZ

(51) 991.416.938

50% de desconto na primeira consulta e 30% nas demais consultas.



PSICÓLOGAS

MARA UNGARETTI (51) 999.626.710

RITA BUONO (51) 999.776.063

50% de desconto na primeira consulta e 25% nas demais consultas.



PSICÓLOGA E PSICANALISTA

ELAINE ROSNER SILVEIRA

(51) 991-953-884

Valor da consulta combinado conforme a situação financeira de cada caso.



MAXXI ODONTO

(51) 3216.3216

Serviços odontológicos mediante negociação direta com a clínica.



MINDS ENGLISH SCHOOL

(51) 3425.7800

Desconto de 40% no valor total do curso.



MOTA ADVOGADOS ASSOCIADOS

(51) 3224.2454 / 3012.2434

Desconto de 40% sobre a tabela da OAB/RS nas áreas de família, sucessão e previdenciário (privado e municipal).



ROTA CULTURAL

(51) 3348.1649

Turismo Cultural, Rural & Ecológico.



SANTANA DE ABREU & LUBIANCA ADVOGADOS ASSOCIADOS

(51) 3019.5909 / 3321.1532

Consultoria e contencioso nas áreas de direito administrativo, previdenciário, trabalho, tributário, civil e comercial.



SEGURO JURÍDICO - DIREITO SOCIAL

(51) 3217.2921

Um novo conceito. Todas as áreas do Direito, exceto criminal. Preços especiais para associados Astec.



STB - STUDENT TRAVEL BUREAU

(51) 4001.3000

Desconto de 10% a 25% na assessoria ao intercâmbio, carteira mundial e assistência saúde.



UNIMED

(51) 3217.2921

Planos empresariais com mensalidades diferenciadas.

CLÁUDIO ROBERTO TURISMO

Atendimento personalizado e descontos especiais para associados da Astec para viagens com as agências: **Rota Cultural**, **Moratti Turismo** e **Viajando com Tânia**. Organizamos viagens personalizadas. Solicite assessoria para montar o seu roteiro. Confira as opções oferecidas: **claudiobertoturismo.blogspot.com.br** ou pelo celular (51) 996.393.265 – com Cláudio Roberto.

MAIS DETALHES SOBRE OS CONVÊNIOS

Secretaria da Astec (51) 3217.2921

www.astecmpa.com.br

atendimento@astecmpa.com.br



PROMOVE:



Sexta-feira, 18 de outubro de 2019, 20h30min

Coquetel de boas-vindas
Pratos frios
Sushi e Sashimi
Pratos quentes

Ilha de culinária italiana
Sobremesas
Crepe Suzete
Bebidas incluídas

RESTAURANTE PANORAMA GASTRONÔMICO - PUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 40 - Porto Alegre

Convites: 3217-2921 ou atendimento@astecmpa.com.br